

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Vice-líder do governo é alvo de buscas e nº 2 da Previdência é preso pela PF 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gasto é alto, mas perde eficácia com planejamento deficiente 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita garante isenção sobre dividendos em caso de apuração parcial dos resultados

7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A transição do PIS e da Cofins para a CBS (Artigo) 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente da CPMI celebra 11

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Empresário preso pela PF movimentou R\$ 34 milhões e Coaf vê indícios de lavagem -
COLUNA DO ESTADÃO

12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF analisa reforma da Previdência e dá aval à regra de aposentadoria por incapacidade

14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Dívida estável exige superávit de 2,3% do PIB, diz IFI 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ofensivas do STF sobre outros Poderes em dezembro já merece uma retrospectiva 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

CMN aperta cerco a RPPS após escândalo do Master 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relação com Motta termina em alta, diz Guimarães 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redesenho institucional para o crescimento (Artigo) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad defende ações para tornar gastos públicos sustentáveis 22

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O crescimento econômico que asfixia - PALAVRA DO GESTOR	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA	
ECONOMIA	
Galípolo reticente sobre juros	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS	
ECONOMIA	
"Ainda não está claro se desta vez o acordo vai cruzar a linha de chegada"	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL	
ECONOMIA	
Setores derrubados por tarifaço não encontram novos mercados	28
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS	
ECONOMIA	
PIB da soja e do biodiesel deve crescer 11% neste ano	30
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS	
ECONOMIA	
Galípolo recoloca debate sobre corte de juros em janeiro	31
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS	
ECONOMIA	
Copom vê inflação menor após surpresas e aperto monetário	33
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS	
ECONOMIA	
Agro ajuda indicadores econômicos em 2025, mas cenários desafiam produtores em 2026	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL	
ECONOMIA	
Primeiro-ministra italiana prometeu ganhar apoio de agricultores, afirma Lula	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS	
ECONOMIA	
'Nova onda de investimento chinês destaca tecnologia'	38
VALOR ONLINE - NOTICIA	
SEGURIDADE SOCIAL	
Reviravoltas na política, vitórias no cinema, desaceleração na economia: relembre o Brasil em 2025	40

Vice-líder do governo é alvo de buscas e nº 2 da Previdência é preso pela PF

**AGUIRRE TALENTO GUSTAVO CÓRTES VINÍCIUS
VALFRÉ BRASÍLIA I COLABORARAM RAYANDERSON
GUERRA E ADRIANA VICTORINO**

O vice-líder do governo Lula no Senado, Weverton Rocha (PDT-MA), foi alvo de buscas, ontem, na quinta fase da Operação Sem Desconto - investigação sobre desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) por meio de descontos indevidos de aposentados e pensionistas.

A operação da Polícia Federal também prendeu o número 2 do Ministério da **Previdência Social**, Adroaldo Portal.

Ele foi exonerado da pasta.

Antes de ocupar postos no Ministério da Previdência, Adroaldo trabalhou no gabinete de Weverton e ocupou cargos no Congresso ligados a políticos do PDT. Adroaldo é apontado pela PF como um dos intermediários que recebiam valores oriundos do esquema de descontos associativos ilegais em nome de Weverton.

Em nota, Weverton disse que "recebeu com surpresa" as buscas em sua residência. Não houve diligências no Congresso.

O senador afirmou que está "à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas assim que tiver acesso integral à decisão".

O Ministério da Previdência afirmou, também em nota, que, junto com o **INSS**, continuará "contribuindoativamente com as investigações e atuando para recuperar os recursos desviados". Em entrevista, pela manhã, o ministro Wolney Queiroz disse que não tinha informações sobre o envolvimento de Adroaldo no esquema de fraudes do **INSS**.

As defesas de Adroaldo e dos outros alvos da operação citados não foram localizadas.

"SÓCIO OCULTO". A PF chegou a pedir a prisão de Weverton, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça - que autorizou a operação de ontem - negou.

Além de vice-líder do governo Lula no Senado, ele é o

relator da indicação do advogadogeral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) e da proposta que revê a Lei do Impeachment.

O senador é suspeito de ter realizado negócios com investigados pelos desvios em aposentadorias e pensões e de ter atuado como "sócio oculto" no esquema. Ele teria recebido, por meio de intermediários, recursos amealhados pela "organização criminosa".

"O senador Weverton teria, segundo a peça de representação da Polícia Federal, atuado como beneficiário final ("sócio oculto") de operações financeiras estruturadas pela organização criminosa, recebendo recursos ou benefícios por meio de interpostas pessoas, alguns seus assessores parlamentares", diz a decisão que autorizou operação.

Ainda segundo a PF, Weverton integraria o núcleo político do esquema, que viabilizaria a continuidade dos ilícitos.

De acordo com as informações policiais mencionadas na decisão de Mendonça, quatro pessoas ligadas ao senador são suspeitas de receber valores ilícitos em nome do parlamentar - um deles, seu ex-assessor parlamentar Gustavo Gaspar.

Conforme os investigadores, Gaspar tinha uma empresa, a GM Gestão, que realizava parcerias com firmas do "Careca do **INSS**". Planilhas encontradas sob posse do "Careca" indicaram o pagamento de R\$ 100 mil em favor de "gasparzinho".

Preso ontem, Adroaldo é outro suspeito de atuar em nome de Weverton. Planilhas indicam, segundo a PF, pagamento de R\$ 50 mil para "Adro", codinome atribuído ao agora ex-número 2 do Ministério da Previdência.

Adroaldo foi secretário do Regime Geral de **Previdência Social** e se tornou secretário executivo da pasta após a saída de Carlos Lupi (PDT) do comando do ministério, em maio.

O filho de Adroaldo, Eduardo Portal, trabalha no gabinete de Weverton e também é investigado.

Além dos três, Vanessa Barramacher Tocantins, que

ocupa cargo de chefia de gabinete do Ministério da Previdência e é ex-assessora do senador, é suspeita de intermediar valores do esquema para o parlamentar do PDT.

De acordo com os investigadores, Adroaldo recebeu R\$ 250 mil em espécie, entre outubro de 2023 e janeiro do ano passado. Parte dos depósitos foi efetuada por seu filho. No total, foram três aportes. O primeiro, de R\$ 99,9 mil, foi feito por Eduardo. Depois, em novembro de 2023, o próprio Adroaldo fez um de R\$ 100 mil na própria conta. O último partiu novamente do filho, que depositou R\$ 50 mil.

HERDEIRA. Outro alvo de buscas ontem foi a empresária Roberta Luchsinger. Amiga de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela é investigada por, segundo a PF, ter recebido pagamentos de Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do INSS" (mais informações na página ao lado).

Roberta tem cerca de 24 mil seguidores no Instagram, rede na qual costuma publicar imagens de itens de luxo, viagens internacionais e manifestações políticas contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados.

Em 2018, ela foi candidata a deputada estadual pelo PT, declarou patrimônio de R\$ 1,5 milhão à Justiça Eleitoral e ficou como suplente. Roberta é herdeira da família que fundou o Credit Suisse - seu avô é Peter Paul Arnold Luchsinger, exacionista do banco. Em 2017, Roberta prometeu doar R\$ 500 mil ao então ex-presidente Lula, em dinheiro e objetos de luxo.

No mesmo período, ela acumulava uma dívida de R\$ 232 mil em taxas condominiais do imóvel onde morava. Também devia R\$ 62 mil a uma loja de decoração, que acionou a Justiça.

À época, a Justiça proibiu ela de doar dinheiro a Lula antes que quitasse os débitos. Procurada sobre o assunto, a defesa não respondeu.

No ano passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou Roberta a pagar R\$ 70 mil por danos morais ao senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e à deputada Rosangela Moro (União Brasil-SP) por ofensas. A defesa de Roberta não se manifestou sobre o assunto.

FILHOS. O "Careca do INSS" é um dos principais investigados da Operação Sem Desconto e está preso desde setembro.

Ele é suspeito de usar uma rede de empresas e offshores no Brasil e no exterior para operar o esquema de fraudes no INSS. Ontem, seu filho mais

velho e sócio, Romeu Antunes, foi preso sob suspeita de movimentar as contas de uma das firmas do pai envolvida nos desvios.

Outro filho de investigado na Sem Desconto, o advogado Eric Fidelis foi preso e teve endereços vasculhados, ontem. Seu pai, André Fidelis, é ex-diretor do INSS e foi detido em novembro. A PF suspeita que o escritório de Eric intermediou propinas pagas pelo "Careca do INSS". A banca movimentou cerca de R\$ 12 milhões em menos de dois anos, segundo dados da CPI do INSS.

Ao todo, foram autorizados 16 mandados de prisão preventiva e 52 de busca e apreensão, em São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais e Maranhão, além do Distrito Federal. Os crimes sob investigação são inserção de dados falsos em sistemas oficiais, organização criminosa, estelionato previdenciário e dilapidação patrimonial.

JET SKI. Como mostrou o Estadão, Weverton já havia entrado na mira da CPI do INSS por suspeitas relacionadas à compra de um jet ski por um secretário municipal do Maranhão. O gestor recebeu R\$ 100 mil do "Careca do INSS" e o valor estaria relacionado ao veículo. Além disso, a reportagem mostrou que um contador de Brasília é, ao mesmo tempo, funcionário de uma agropecuária do parlamentar e sócio da firma responsável pela contabilidade das empresas do "Careca".

Repasses

R\$ 250 mil foram recebidos por Adroaldo Portal; parte dos depósitos foi efetuada por seu filho, hoje assessor de Weverton

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gasto é alto, mas perde eficácia com planejamento deficiente

Lu Aiko Otta

Não é por falta de dinheiro que a segurança pública no Brasil é ruim a ponto de ocupar o topo das preocupações da população e ganhar o centro da agenda político-eleitoral. As despesas realizadas na área não são baixas. O problema, dizem especialistas, está em como o dinheiro é gasto: falta gestão e planejamento. A politização do tema, acrescentam, pouco tem ajudado na busca de soluções.

O Brasil gastou R\$ 153 bilhões, ou 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em segurança pública no ano passado, informa o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foi um aumento de 6,1% em relação a 2023. Desse total, 78% saíram dos cofres estaduais, e 14%, da União.

O anuário compara com o que foi gasto no sistema de saúde, "tradicionalmente uma das áreas mais custosas da administração pública": 3,8% do **PIB**. Com base nisso, considera que a área de segurança mobiliza recursos "expressivos".

Dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que os Estados Unidos, por exemplo, gastaram 1,85% do **PIB** em segurança em 2023. Na Colômbia, foram 2,23% do **PIB**, no Japão, 1,17% do **PIB**, e em Portugal, 1,58% do **PIB**.

No orçamento dos Estados, diz o anuário, a segurança é em geral o terceiro maior item de despesa, perdendo para educação e saúde. O Rio de Janeiro é uma das exceções, pois gasta mais com segurança (15% do orçamento) do que com educação (9%). Esse quadro é visto também no Rio Grande do Sul, com 9% e 8%, respectivamente.

O problema não é tanto a falta de recursos, e mais a forma como o dinheiro é gasto, dizem especialistas.

"Primeiro, há duas polícias no nível estadual, o que significa duplicar uma série de coisas: duas folhas de pagamento rodando, duas unidades de helicóptero", disse Rafael Alcadipani, professor titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp/FGV) e associado pleno ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A segunda dificuldade, disse, está na gestão. "As polícias não conseguem gastar todo o dinheiro do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública", afirmou. "Acaba sobrando dinheiro, porque os Estados não conseguem fazer os projetos e cumprir as burocracias."

Um terceiro ponto é a ausência de preocupação com o orçamento. "Numa operação policial, ninguém está preocupado com qual é o gasto, qual é o value for money."

O próprio direcionamento dos recursos, concentrados nas polícias militares, provoca a superlotação dos presídios com pessoas que cometem delitos mais simples, avaliou Felipe Angeli, coordenador de Advocacy do centro de pesquisa Justa. Crimes mais complexos, como o grande tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro, dificilmente são contidos dessa forma.

A Polícia Militar, explica, é a que está nas ruas. É priorizada pelos governos estaduais porque é a que a população vê.

"Patrulhando na rua, o que você consegue pegar? Você consegue pegar crime flagrante", disse. "É o pequeno tráfico de drogas, os roubos de rua."

"O que gera a situação prisional que temos: essa horda de pessoas já extremamente vulnerabilizadas de partida - jovens, negros, periféricos - que em geral cometem crimes de baixa complexidade."

Na prisão, essas pessoas acabam cooptadas pelas facções criminosas, que oferecem proteção e apoio às famílias, contou o especialista. A pessoa sai da cadeia devendo a essas organizações e, uma vez nas ruas, terá de dar sua retribuição.

"O que a gente tem, ao fim e ao cabo, é o investimento público na arregimentação dessa facção", afirmou.

O Justa realiza uma pesquisa chamada Funil do Investimentos da Segurança Pública e do Sistema Prisional. A edição deste ano mostra que, para cada R\$ 4.877 gastos com polícias em 2024, apenas R\$ 1 foi direcionado a políticas para egressos das prisões.

Outros países, contou Alcadipani, costumam priorizar

seus gastos com o "probation". É um programa que busca recuperar pessoas depois que elas cometem o primeiro crime. São oferecidas alternativas, como cursos profissionalizantes. "O Brasil não tem um sistema de "probation" efetivo", afirmou. "As pessoas vão lá, assinam um papel e vão embora, quando elas estão no começo da vida do crime."

A prisão, disse o professor, é a UTI da segurança, para onde vão as pessoas quando "tudo deu errado antes". Na sua avaliação, seria mais barato para o setor público formular programas que evitassem a chegada das pessoas à prisão. Por exemplo, combatendo à evasão escolar.

O projeto de lei antifacção não atua nos problemas apontados pelos especialistas. A proposta busca agravar as penas para os faccionados e dar mais instrumentos para o combate a essas organizações. O texto foi aprovado na Câmara diante da grande pressão popular surgida após a operação Contenção, que deixou 121 mortos no Rio de Janeiro. Passou no Senado há uma semana e, como foi alterado, aguarda uma nova análise na Câmara.

Falta discutir de onde sairá o dinheiro para bancar o aumento nas investigações e as penas mais longas em presídios, disse Angeli. "Muito se preza a Lei de Responsabilidade Fiscal, em que é necessário identificar as fontes de recursos para as alterações legislativas", comentou. "No caso da segurança pública, isso não acontece."

O endurecimento das penas, porém, tem amplo apoio da população. Foi a solução mais citada, com 46%, na mais recente pesquisa Quaest que perguntou sobre a principal medida para melhorar a segurança. Mais investimentos em educação, oportunidades e medidas sociais ficaram em segundo lugar, com 27% das menções.

Também tramita na Câmara a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança. Ela é vista pelos especialistas como uma tentativa de fortalecer o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Persiste, no entanto, a dificuldade em definir os papéis de União, Estados e municípios na segurança pública.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei complementar que tipifica a figura do devedor contumaz. A proposta era prioridade do Ministério da Fazenda, que quer mais instrumentos para a **Receita Federal** suspender com rapidez o funcionamento de empresas que sonegam imposto de forma reiterada e deliberada e que são, na prática, lavanderias de dinheiro do crime.

A votação na Câmara se deu

após a operação Poço de Lobato, que teve como alvo a Refit. Sem citar o nome da refinaria, a Receita disse que se tratava do maior devedor contumaz do país, com dívida acumulada superior a R\$ 26 bilhões, e conexões com alvos de outras operações que apuram fraudes no setor de combustíveis, como a Carbono Oculto e a Cadeia de Carbono.

A tipificação do devedor contumaz estava parada no Congresso Nacional havia oito anos. Só foi pautada após as operações que colocaram em evidência a conexão entre empresas do setor de combustíveis e o crime organizado.

Longe dos holofotes, aguarda votação na Câmara dos Deputados o projeto de lei que tipifica o devedor contumaz. É um instrumento buscado pela **Receita Federal** para rapidamente desativar empresas formais que são usadas pelo crime organizado para lavar dinheiro.

"Eu acho que a melhor notícia na segurança pública no Brasil nos últimos tempos é a Receita entrar nessa história", comentou Alcadipani, ao falar sobre as operações e a estratégia de combater o crime organizado atacando seus fluxos financeiros. "Acho que a Receita tem uma capacitação para analisar, e mexer na parte financeira do crime que nenhum outro órgão público tem no Brasil."

As operações no setor de combustível foram um ataque coordenado de vários órgãos federais e estaduais às finanças do crime organizado. A Carbono Oculto teve como um dos cenários fintechs instaladas na avenida Faria Lima, em São Paulo. A operação teve desdobramentos na frente de investigação, mas também resultou em medidas regulatórias da Receita e do Banco Central que buscam fechar o cerco à lavagem de dinheiro por meio de fintechs e criptomoedas.

Essa operação é um exemplo da estratégia adotada pelo governo federal, que mira o topo da cadeia do crime organizado e cortar seus fluxos de dinheiro. A Contenção, que catapultou a popularidade do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, foi por outro caminho e mirou na ponta operadora da facção.

A diferença de abordagem virou tema da polarização política. "A coisa virou jogo de futebol, não tem racionalidade nenhuma", criticou Alcadipani. "A segurança pública é o grande tema, talvez, de interesse dessa polarização política", acrescentou Angeli.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Receita garante isenção sobre dividendos em caso de apuração parcial dos resultados

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon

A **Receita Federal** lançou nesta semana um manual sobre como será aplicada a retenção em 10% dos lucros e dividendos acima de R\$ 50 mil distribuídos pelas empresas a uma mesma pessoa física residente no Brasil e sobre qualquer valor remetido à pessoa física ou jurídica no exterior. Essa tributação, criada junto com a lei que aumentou a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, vem suscitando dúvidas de tributaristas e de empresas, que buscam formas de remunerar seus acionistas sem precisar reter o IR a partir de janeiro de 2026.

No documento, a Receita confirma que para ter direito à isenção do IR é necessário que os resultados apurados até este ano tenham a distribuição aprovada até o dia 31 deste mês. Uma vez aprovada a distribuição ainda neste ano, o pagamento pode ser feito até 2028. Contudo, a empresa poderá elaborar um balanço intermediário ou balancete de verificação referente ao período de janeiro a novembro de 2025 e levar esse balanço parcial para aprovação sobre a distribuição dos lucros e dividendos.

"Caso o balanço definitivo levantado em 31 de dezembro de 2025 apresente um resultado inferior ao valor anteriormente aprovado para distribuição, a isenção poderá ser mantida. Nessa hipótese, contudo, a distribuição isenta deverá ficar limitada ao montante do resultado efetivamente apurado no ano-calendário de 2025", esclarece

o Fisco, sobre um dos pontos de dúvidas que vinham sendo levantados pelas empresas.

No documento, a Receita também fecha a porta para um modelo de distribuição de dividendos "híbrido", que vinha sendo considerado por muitas companhias, segundo o tributarista Luca Salvoni, sócio do Cascione Advogados. O órgão informa que, se a empresa anunciar que fará até 2028 a distribuição de dividendos referentes ao seu estoque até 2025 e não distribuir todo o valor, por precisar de caixa, esse excedente será tributado em 10%.

A Receita não respondeu a questão expressamente, mas essa é a interpretação quando afirma que, no caso específico de lucros

apurados até 31 de dezembro de 2025 e destinados ao aumento do capital social da pessoa jurídica, a não tributação ocorre "desde que a deliberação e a aprovação do respectivo evento societário ocorram até essa mesma data", segundo o advogado. Salvoni afirma que vinha sendo questionado por diversas empresas que queriam fazer a distribuição dessa forma.

Ele destaca ainda que aumentos de capital após 2026 com lucros serão um gatilho para cobrança de 10% de IR na fonte. "É um problema, porque a capitalização da empresa deveria ser bem-vinda", diz ele, indicando que, pela tributação, distribuir o lucro ou capitalizar a empresa terão o mesmo efeito tributário.

O advogado afirma também que o documento, intitulado de "Perguntas e Respostas", traz um modelo para o cálculo de resultado de 2025 por estimativa. "É uma proposta lúcida e tem uma mecânica viável e aceitável dentro de uma falha conceitual da lei", diz ele. Ao mesmo tempo, acrescenta, o rito formal tem que ser completo, não basta uma ata da diretoria sobre a distribuição de dividendos, mas uma deliberação formal pela Assembleia com reflexo na contabilidade. "Não precisaria disso tudo. Se o objetivo da norma é resguardar o lucro de 2025 e travar um valor, evitando que as empresas fiquem reprocessando 2025 e achando um lucro velho, bastaria qualquer documento registrado público", diz o tributarista.

Já o advogado Fabio Calcini, sócio do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, destaca que a Receita prevê o ajuste se o valor de dividendos estimado ao fim de 2025 for menor do que o lucro estipulado. Por outro lado, não esclarece o que acontece quando o lucro em dezembro for maior do que o deliberado em ata "provisória". Por não haver essa resposta, segundo Calcini, a impressão é que não será possível afastar a tributação desse valor excedente. "O que seria uma inconstitucionalidade porque o lucro é de 2025", afirma.

Em outro ponto controverso, a Receita também esclarece que a retenção de IR atinge os pagamentos de lucros e dividendos efetuados por empresas do Simples Nacional a seus sócios. "Com a Lei nº 15.270/25, a isenção prevista no artigo 14 da Lei

Complementar nº 123/06 deixou de ser aplicada de modo que os lucros e dividendos pagos passarão a estar sujeitos a retenção na fonte do IRRF ", diz o órgão.

Tributaristas, contudo, afirmam que os lucros e dividendos das empresas do Simples precisam ficar isentos, por força da Lei Complementar nº 123, de 2006, que deveria se sobrepor à lei ordinária aprovada recentemente. Esse ponto tende a ser judicializado pelas empresas, dizem, caso o Fisco mantenha o seu entendimento sobre a retenção.

Para Fabio Calcini, a tributação dos sócios no Simples é um "gritante equívoco" da **Receita Federal**. Além de a Constituição estabelecer que alterações no Simples dependem de lei complementar, a Lei no 15.270/25 não revoga nem traz novas alterações ao artigo

o 14 da Lei n 123, de 2006, que prevê a isenção para o Simples, explica. "Houve um equívoco no processo legislativo que não fez a revogação ou alterações na Lei do Simples", diz ele, acrescentando que foi um "silêncio proposital" do legislador não alterar a lei.

"Isso vai acabar nas mãos dos tribunais", afirma Luca Salvoni, que prevê judicialização do tema, mas considera que essa interpretação da lei por parte da Receita já era esperada.

Para Ana Lucia Marra, sócia do escritório Sanmahe Advogados, é provável que a questão seja judicializada, mas não é possível saber quantas empresas do Simples vão cair no rendimento a partir do qual há tributação.

A especialista avalia também que uma série de questões não foram endereçadas pela Receita no Pergunte e Respostas divulgado na terça-feira. "Ficou faltando esclarecer adequadamente a situação de grande controvérsia de que para cumprir o requisito até 31 de dezembro não dá para distribuir os lucros do ano inteiro", afirma ela, indicando que o lucro de dezembro fica de fora porque, normalmente, a distribuição de lucros vem depois do fechamento de balanço e auditoria.

Em nota ao Valor, a **Receita Federal** informa que o documento tem como objetivo prestar esclarecimentos gerais sobre questões suscitadas pelos contribuintes: "O documento poderá ser atualizado posteriormente, de modo a incluir outras questões relevantes, bem como esclarecimentos relativos a dispositivos da lei cuja aplicação não seja imediata."

A transição do PIS e da Cofins para a CBS (Artigo)

Barbara Neves e Maria Alice Boscardin

A **reforma tributária** sobre o consumo está prestes a ser implementada, e é fundamental que os contribuintes se atentem aos impactos decorrentes da transição entre os dois sistemas. O ano de 2026 será um período de testes e ajustes em que os contribuintes deverão se adequar às novas obrigações acessórias sem, no entanto, enfrentar grandes alterações em termos de carga tributária ou mesmo na sistemática de apuração atual. Já a partir de 1º de janeiro de 2027, as contribuições PIS/Pasep e Cofins serão extintas, sendo plenamente substituídas pela Contribuição sobre

Bens e Serviços (CBS).

Para assegurar a manutenção dos créditos já acumulados pelos contribuintes e preservar a neutralidade tributária, a Lei Complementar 214/2025 estabeleceu regras de transição específicas, disciplinadas nos artigos 378 a 383. Esses dispositivos tratam do aproveitamento dos saldos credores de PIS/Cofins remanescentes em 2027 e da concessão de créditos presumidos de CBS sobre os estoques existentes na data de início do novo regime.

Os créditos de PIS e Cofins, inclusive os presumidos, não apropriados ou não utilizados até a data da extinção das contribuições, continuarão válidos. Eles poderão ser utilizados normalmente para compensação com a CBS, bem como ser objeto de resarcimento em dinheiro ou, ainda, para compensação com outros **tributos** federais, observados os requisitos vigentes na data de extinção das contribuições.

Ou seja, o contribuinte que encerrar o período de 2026 com créditos acumulados de PIS/Cofins não deverá sofrer prejuízos, uma vez que a lei complementar assegura o seu pleno aproveitamento, seja por meio de compensação ou resarcimento em espécie. Para que isso ocorra é imprescindível que tais créditos estejam devidamente escriturados no ambiente eletrônico (EFD-Contribuições) e sejam suportados por documentação fiscal idônea.

Nesse contexto, é ideal que os contribuintes revisem suas apurações de PIS/Cofins, especialmente no que se refere aos critérios adotados para creditamento das

contribuições, para que ingressem o período de transição com sua escrita fiscal regularizada e ajustada quanto ao saldo credor passível de recuperação.

Considerando a extinção das contribuições PIS/Cofins a partir de janeiro 2027, é importante que os valores recuperáveis sejam apurados e escriturados antes desta data, inclusive aqueles apropriados de maneira extemporânea, tendo em vista possíveis restrições interpretativas da **Receita Federal** sobre créditos de períodos anteriores após o início do novo regime.

Já com relação às operações realizadas na vigência das contribuições PIS/Cofins, mas canceladas ou devolvidas a partir de 1º de janeiro de 2027, quando as contribuições não mais se aplicarem, gerarão crédito da CBS ao contribuinte em valor correspondente às contribuições (PIS/Cofins) incidentes sobre a operação original.

Tal montante, no entanto, só poderá ser usado para compensar a CBS, sendo vedado o resarcimento em dinheiro.

Essa regra visa a neutralidade tributária nas devoluções de mercadorias ocorridas durante a transição entre regimes e é essencial que as empresas mantenham controles adequados sobre tais operações para garantir o creditamento de CBS a partir de 2027.

Especificamente para a CBS, para os contribuintes que, até 2026, estavam sujeitos ao regime cumulativo do PIS/Cofins (sem o direito de apropriação de créditos) ou que possuíam bens sujeitos a substituição tributária ou incidência monofásica, a Lei Complementar 214/2025 prevê a concessão de crédito presumido sobre o estoque de bens materiais existente em 1º de janeiro de 2027.

O crédito deverá ser calculado aplicando-se a alíquota de 9,25% sobre o valor do estoque nacional existente em janeiro de 2027 e, no caso de bens importados, deverá considerar o valor efetivamente pago de PIS/Cofins-Importação no desembarço do bem. Aguarda-se, igualmente, regulamentação de tal procedimento, especialmente no que se refere à metodologia de valoração do estoque a ser utilizado como base para o cálculo do crédito.

De toda forma, a Lei

o

Complementar n 214/25 já estabelece que a data limite para a sua apropriação será o dia 30 de junho de 2027 e determina que sua utilização deverá ocorrer em 12 parcelas mensais, mediante compensação exclusiva com a CBS, sendo vedado a restituição ou compensação com outros **tributos**. A capacidade de identificar corretamente o estoque elegível e de aproveitar esse crédito pode representar diferença importante para o caixa na fase inicial do novo tributo.

Como visto, a disciplina dos créditos de PIS-Cofins e CBS na

o

Lei Complementar n 214/2025 tem por objetivo assegurar uma transição ordenada, evitando perdas econômicas para as empresas.

A manutenção da validade dos créditos antigos, a permissão de compensação com a CBS e o crédito presumido sobre estoques constituem mecanismos de neutralidade, que tem por objetivo evitar a cumulatividade na passagem para o novo modelo tributário.

No entanto, é preciso atenção e cuidado aos prazos e formalidades para não perder o direito ao aproveitamento dos créditos. Recomenda-se, portanto, que os contribuintes se planejem para terminar 2026 com todas as medidas necessárias para o melhor aproveitamento dos saldos remanescentes de PIS/Cofins, bem como viabilizar a apropriação dos créditos presumidos de CBS quando aplicável.

Barbara Neves e Maria Alice Boscardin são sócias da Andersen Ballão Advocacia, especializadas em direito tributário Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Presidente da CPMI celebra

O presidente da CPI do **INSS**, senador Carlos Viana (Podemos-MG), disse que é "absolutamente indispensável" a prorrogação dos trabalhos da comissão por mais dois meses. Nesse caso, se prorrogado, o colegiado, que tem prazo para a apresentação do relatório em 28 de março de 2026, pode ir até o mesmo dia de maio do próximo ano.

"É absolutamente indispensável a prorrogação da CPMI por mais 60 dias. Somente assim será possível aprofundar as apurações, rastrear patrimônio oculto, identificar todos os responsáveis e garantir justiça plena às vítimas", afirmou Viana, ao comentar a nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal ontem.

Viana celebrou as prisões realizadas nesta quinta-feira, caso de Romeu Antunes - filho de Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do **INSS** - e de Éric Fidelis, filho do ex- -diretor de benefícios do **INSS** André Fidelis, mas aproveitou o momento para denunciar o trabalho que ele atribui à base do governo em conter as investigações da CPI.

Ele mencionou o caso de Gustavo Marques Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA). O senador foi alvo de busca e apreensão na operação da PF ontem.

Gaspar concedeu procuração a Rubens Oliveira Costa, apontado pela Polícia Federal como um dos operadores financeiros do esquema de descontos ilegais a aposentados.

A CPI pautou requerimentos para que Gaspar prestasse esclarecimentos à comissão. Eles acabaram rejeitados.

"Todos (os requerimentos) foram levados à votação por pelo menos três vezes e rejeitados pela base do governo. Em nenhuma dessas ocasiões, foi permitido que ele viesse prestar esclarecimentos", disse.

Na nota, Viana também mencionou que foram barrados requerimentos para ouvir na CPI Adroaldo Portal, então secretário-executivo do Ministério da Previdência, ex-assessor de Weverton que foi preso nesta quinta.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correio-braziliense/2025/12/19/all.pdf>

Empresário preso pela PF movimentou R\$ 34 milhões e Coaf vê indícios de lavagem - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO

O empresário Adelino Rodrigues Junior, preso ontem pela PF e apontado como figura "fundamental" no suposto esquema criminoso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), movimentou R\$ 34 milhões em dois anos, com indícios de lavagem de dinheiro. O montante incluiu a compra e venda de um Porsche em 5 meses. Os dados, obtidos pela Coluna, foram enviados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à CPI do **INSS**. A decisão do STF que ordenou a prisão de Adelino diz que ele auxiliava o empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do **INSS**, na ocultação de dinheiro ilegal. Procurada, a defesa de Adelino disse que não teve acesso ao relatório do Coaf e que os valores citados estão "superdimensionados, ao que tudo indica".

I ALERTAS. Segundo o relatório do órgão de combate à lavagem de dinheiro, Adelino fez diversas transações suspeitas a partir do fim de 2023. Entre os alertas, o Coaf ressaltou os seguintes padrões: movimentação incompatível com o patrimônio; recebimento de dinheiro com o imediato débito dos valores; e depósitos em dinheiro vivo.

I PIT STOP. Durante apenas cinco meses, entre outubro de 2024 e março de 2025, Adelino comprou um Porsche por R\$ 680 mil e vendeu o carro de luxo por R\$ 500 mil. Além da grande quantia de dinheiro, a rapidez da operação chamou a atenção do Coaf.

I OUTRO LADO. A defesa de Adelino Rodrigues Junior afirmou que "tem adotado postura colaborativa, transparente e responsável" desde o início das investigações.

Acrescentou que "reafirma sua confiança nas instituições, no devido processo legal e na apuração técnica dos fatos".

I JUNTOS. O deputado Mendonça Filho (União-PE), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública na Câmara, rebateu o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira.

Em entrevista à Coluna, Mendonça negou que o relatório esvazie o papel da União.

I LÓGICA. "Não retirei uma vírgula dos artigos que aumentavam as atribuições da Polícia Federal.

A União está fortalecida. Nossa princípio é que a atuação seja de cooperação e integração, em vez de ser uma coordenação imperativa de cima para baixo. É algo lógico em um país continental como o nosso", disse o relator.

I ACORDO. O deputado se mostrou disposto a conversar com o governo sobre um ponto do relatório criticado pelo secretário.

Trata-se da retirada da PF de investigações que apuram crimes contra bens e serviços federais sob administração militar.

I ESTOCADA. O presidente Lula não fez ataques diretos ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato ao Planalto, no café da manhã com jornalistas ontem.

Mas criticou o discurso usado pela família Bolsonaro.

I BORDÃO. "Esse discurso negacionista é uma proposta destrutiva porque não coloca nada no lugar.

É só destruir o que tem", disse Lula, citando o bordão "o sistema", usado pelos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para fustigar adversários.

"Quem é o sistema? Sou eu ou são aqueles que negam o sistema?", provocou.

PRONTO, FALEI!

Lindbergh Farias Líder do PT na Câmara

"O presidente da Câmara acertou ao cassar Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem. Não podíamos aceitar uma bancada de deputados foragidos."

CLICK

Rodrigo Cobra Diretor executivo do RenovaBR

Durante cerimônia em São Paulo para a formatura da turma Formação de Líderes 2025, que contou com 130 alunos da escola de formação política.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF analisa reforma da Previdência e dá aval à regra de aposentadoria por incapacidade

Beatrix Olivon

Ao analisar a reforma da Previdência de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a validade da regra instituída para a aposentadoria por incapacidade - que substituiu a aposentadoria por invalidez. Seis ministros votaram para manter o cálculo, que é menos favorável aos aposentados, inclusive na comparação com o afastamento temporário ou por acidente de trabalho.

Outros dois pontos polêmicos da reforma começaram a ser analisados na mesma sessão de julgamento, mas não foram concluídos. Em ambos os casos, pedidos de vista suspenderam a votação.

No julgamento finalizado ontem, os ministros analisaram se o pagamento de aposentadoria por incapacidade permanente, por causa de doença grave, contagiosa ou incurável, deve ser feito de forma integral ou, como estipulou a reforma, até o limite de 60% da média dos salários do trabalhador, quando a incapacidade não tiver sido causada por acidente de trabalho.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso (aposentado), que defendeu a constitucionalidade da alteração feita pela reforma. O voto foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Para Fux, como na relação de trabalho há fonte de custeio para a incapacidade permanente, seria possível distinguir a que é gerada pelo exercício da atividade de trabalho da que não é gerada pelo trabalho. "O equilíbrio financeiro e atuarial é um princípio constitucional que rege a **Previdência Social**", declarou no voto. O ministro destacou algumas vezes no voto a necessidade de cautela com a Previdência.

Ainda segundo Fux, nenhum aposentado no Brasil ganha menos do que um salário mínimo e aposentados por invalidez não ficam desamparados, têm direito ao Bolsa Família e a benefícios de prestação continuada.

A tese de repercussão geral aprovada pela Corte afirma que é constitucional o pagamento de benefício

por aposentadoria por incapacidade permanente nos termos do artigo 26, parágrafo 2º, inciso III, da Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, para os casos em que a incapacidade para o trabalho seja constatada posteriormente à reforma da Previdência. Ficaram vencidos os ministros

Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cármem Lúcia, Edson Fachin e Dias Toffoli (RE 1469150).

Na mesma sessão, o STF retomou a discussão sobre a isenção do pagamento da contribuição previdenciária por servidores aposentados e pensionistas com doença grave, revogada pela reforma. Pelas regras anteriores, a contribuição incidia apenas sobre as parcelas de aposentadoria e de pensão que superassem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS). Mas mesmo já havendo maioria de oito votos pela constitucionalidade da revogação do benefício, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Luiz Fux.

Na suspensão, Fux afirmou que a pessoa que tem uma doença tem um ônus muito maior do que quem tem uma vida normal. "Estamos tratando de pessoas com doença incapacitante. É preciso levar isso em consideração quando se suprime um benefício", disse.

Na ação (ADI 6336), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) alega que esses beneficiários teriam que pagar contribuições no momento em que lidam com a doença. Já a Advocacia Geral da União (AGU) diz que as contribuições são necessárias para sustentar o sistema.

O outro julgamento, cujo resultado ainda está em aberto, debate a validade da idade mínima imposta pela EC para a concessão da aposentadoria especial para segurados que trabalham expostos a agentes nocivos à saúde ou à integridade física. O artigo 19, parágrafo 1º, inciso I da emenda constitucional fala em idade mínima entre 55 e 60 anos, que varia conforme os anos de contribuição. O placar está em três votos pela manutenção da regra da reforma da Previdência de 2019 e dois contrários (ADI 6309).

Segundo Leonardo Rolim, consultor da Câmara dos Deputados e ex-secretário de **Previdência Social**, não

é possível estimar o impacto do julgamento finalizado pelos ministros. Mas, diz ele, devese considerar o efeito das condições da aposentadoria por incapacidade permanente no estímulo a fraudes e judicialização e mesmo o desestímulo à contribuição.

Pela regra anterior, uma pessoa que se aposentasse por incapacidade com 40 anos de idade e 10 anos de contribuição receberia um benefício maior do que a pessoa que se aposentasse aos 65 anos de idade com 30 anos de contribuição, e receberia por mais tempo. "Completamente irracional e injusto", afirma.

Segundo Rolim, pela regra antiga, até 2004, o percentual de aposentadoria por invalidez na União chegou a 30% e, agora, é de 8%. "Isso mostra o quanto uma regra inadequada afeta a concessão de aposentadorias por incapacidade permanente", diz ele, acrescentando que há muita concessão judicial desse tipo de aposentadoria. "Tem um exército de advogados que buscam as pessoas quando há essa diferença que torna a aposentadoria mais atrativa."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Dívida estável exige superávit de 2,3% do PIB, diz IFI

Jéssica Sant'Ana

A Instituição Fiscal Independente (IFI) calcula que o resultado primário necessário para estabilizar a dívida bruta aumentou para um superávit de 2,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de dezembro, divulgado na quinta-feira (18).

Em junho, a IFI calculava que o primário necessário para estabilizar a dívida era de 2,1% do **PIB**. "Ou seja, os juros reais implícitos ligeiramente maiores e o endividamento mais elevado aumentam o esforço necessário para estabilizar a dívida bruta em proporção do **PIB**, ainda que tenha havido alguma melhora nas projeções para o déficit primário no médio prazo", diz a instituição.

O órgão de monitoramento das contas públicas calcula que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBG) vai encerrar o ano em 79% do **PIB**, ante a projeção anterior, feita em junho, de 77,6%. Para o fim de 2026, a projeção é de uma dívida em 82,7%, crescendo de forma contínua, batendo a marca de 101,1% do **PIB** em 2031 e alcançando 117,7% em 2035.

A IFI avalia que o crescimento esperado para a dívida bruta no médio prazo expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central. "Importante destacar os riscos ao crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações das medidas pretendidas pelo Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. A concretização de tais riscos pode afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo", alerta.

Para 2026, a IFI estima resultado primário deficitário de R\$ 90,6 bilhões para o governo central. Considerando as deduções permitidas por lei ou autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a instituição considera ser factível o cumprimento formal da meta pelo limite inferior, desde que haja esforço fiscal da ordem de R\$ 26,5 bilhões em novas receitas ou controle de despesas, ou um contingenciamento da mesma magnitude. A meta do governo central para 2026 é de superávit de R\$ 34,3 bilhões, mas o intervalo de tolerância admite déficit zero.

No médio prazo, as projeções da IFI indicam que o

déficit primário do governo central crescerá, alcançando 2,2% do **PIB** em 2032 e passando a cair marginalmente a partir de então. "A materialização de sucessivos déficits primários nos próximos anos decorre do crescimento progressivo da despesa primária, ainda que a receita líquida se situe em níveis ao redor de 18% do **PIB**."

Mesmo com esse cenário de desafio para as contas públicas, mais de R\$ 170 bilhões em despesas foram excetuadas do novo arcabouço fiscal, segundo a IFI. Esse valor pode ficar fora do limite de gastos e/ou da apuração do resultado primário devido a vários abatimentos aprovados pelo Congresso Nacional ou autorizados pelo Supremo. A grande maioria foi a pedido do próprio governo federal. São os casos de parte das despesas com precatórios, auxílio a empresas afetadas pelo tarifaço imposto pelo governo americano, resarcimento de descontos indevidos nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e investimentos de estatais no Programa de Aceleração do Crescimento.

"Diante da extrema rigidez do Orçamento público brasileiro, do acelerado crescimento das despesas obrigatórias e das dificuldades de produção de superávits primários, estão sendo feitas exclusões de despesas das regras, o que tem contribuído para abalar a credibilidade do arcabouço e alimentar incertezas sobre a sustentabilidade do atual regime fiscal", afirmam os diretores Marcus Pestana e Alexandre Andrade.

Para eles, a distância crescente entre o resultado primário efetivo e o resultado oficial apurado, somada à mudança permanente das regras fiscais, têm levado "atores econômicos relevantes a abandonar o acompanhamento dos indicadores de desempenho fiscal fixados pelo arcabouço e fundamentar suas análises e decisões na observação da dinâmica de evolução da relação dívida pública/**PIB**".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Ofensivas do STF sobre outros Poderes em dezembro já merece uma retrospectiva

César Felício

A nova fase da "Sem Desconto", operação deflagrada na quinta-feira (18) por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator das investigações sobre o escândalo do **INSS**, acusa o Legislativo e o Executivo em um contexto de degradação institucional, em que cada ministro do STF parece ter uma agenda própria, sendo que a contenção de riscos contra a Corte parecer ser o único fio condutor. O Supremo se sente ameaçado e reage, mas as ações não parecem coordenadas.

Para recapitular fatos apenas deste mês de dezembro, tão intenso que já é digno de uma retrospectiva só sua, logo no dia 3 o ministro Gilmar Mendes enfraqueceu com uma liminar a capacidade do Senado de votar futuramente impeachments contra integrantes da Corte.

Nove dias depois, Flávio Dino ordenou operação de busca e apreensão contra a servidora do Legislativo Mariangela Fialek, que assessorou o então presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) na operacionalização do orçamento secreto. No dia 16, celulares foram atirados pela janela quando a Polícia Federal (PF) chegou à residência do deputado Antonio Doido (MDB-PA), um dos muitos parlamentares investigados por Dino.

Mendonça envolveu no escândalo do **INSS** o senador Weverton Rocha (PDT-MA), vice-líder do governo, um dos principais aliados do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) e relator, simultaneamente, da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga ao STF. O ministro disse concordar com a PF de que há fortes indícios de que o senador teria sido beneficiário direto do esquema de desvios, mas descartou o pedido de prisão preventiva "por ora".

Esses movimentos do STF foram mais reativos do que ofensivos. Impeachment de ministros do Supremo no Senado já são tema da pré-campanha eleitoral de 2026, por iniciativa dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. A Câmara dos Deputados ensaiou salvar o mandato dos deputados cassados por decisão judicial Carla Zambelli (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ), manobra da qual recuou depois da reação do Supremo.

A relação de Alcolumbre com o Supremo está deteriorada e chama a atenção que Mendonça e Gilmar tenham sido antecessores remotos de Messias na AGU, compartilhando portanto as mesmas redes de contatos e influências. Mas a ligação da atuação de Mendonça com a linha de defesa institucional é mais tênue, uma vez que, ao contrário do presidente do Senado, de quem é muito próximo, Weverton não se colocava como opositor da indicação presidencial ao STF.

Prevalece neste caso o individualismo da conduta do ministro. Indicado por Bolsonaro, Mendonça tirou as amarras da investigação sobre o **INSS** rumo ao máximo impacto político, o que pode gerar constrangimentos maiores para o governo federal. Não é apenas ele que corre em faixa solo. Na direção oposta, Dino é criticado no Congresso por ter fortalecido o Executivo no embate permanente com o Congresso em relação à execução das emendas parlamentares. Não tem havido movimento coletivo em sua defesa no STF.

No caso de Gilmar, ele recuou parcialmente de sua decisão que restringia a tramitação de pedidos de impeachment antes de que ela fosse levada ao escrutínio de seus pares.

"São 10 Supremas Cortes. Cada ministro parece ter sua própria agenda. Fora ações de autodefesa, parece haver uma competição dentro do STF por estabelecer esferas de influência política", constata o cientista político Creomar de Souza, da consultoria Dharma. O resultado desses dissensos, aos quais podem se somar no Supremo a polêmica em torno da dosimetria aplicada no julgamento dos implicados em atos golpistas, a inesperada renúncia de Luís Roberto Barroso em meio à intervenção dos Estados Unidos em decisões políticas brasileiras e a falta de apoio interno ao balão de ensaio do Código de Conduta sugerido pelo presidente da Corte, Edson Fachin, deriva para um quadro de esgarçamento institucional. Bombas de tempo vão se acumulando.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

CMN aperta cerco a RPPS após escândalo do Master

Jéssica Sant'Ana e Giordanna Neves

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou em reunião realizada ontem novas diretrizes de investimentos dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS). Os RPPS são criados pela União, Estados e municípios para pagamento de benefícios previdenciários aos seus **servidores públicos**.

Segundo o Ministério da Fazenda, a proposta busca aperfeiçoar a governança e os controles na aplicação dos recursos dos fundos de previdência dos RPPS. Recentemente, as gestões de alguns fundos foram questionadas por terem aplicado o dinheiro dos segurados em títulos do Banco Master, que foi liquidado pelo Banco Central (BC).

Considerando que esses regimes administram aproximadamente R\$ 365 bilhões em investimentos, a nova regra busca "promover maior eficiência e segurança na gestão das aplicações" dos RPPS, incentivando práticas melhores de governança e conferindo maior proteção a seus beneficiários. O segmento representam cerca de 5,1 milhões de servidores ativos e 4,2 milhões de aposentados e pensionistas, segundo a Fazenda.

A proposta aprovada está em linha com o novo marco de fundos de investimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Entre as novidades, está a vinculação de limites de alocação aos níveis de certificação PróGestão RPPS, que atestam a qualidade na gestão em controles internos, governança corporativa e educação previdenciária de cada regime. "Essa medida funciona como um incentivo ao fortalecimento da estrutura de gestão dos RPPS e à busca por níveis mais elevados de certificação, na medida em que condiciona o acesso a ativos de maior risco e sofisticação ao grau de maturidade institucional atingido", afirma Fernando Rieche, coordenador-geral de Reformas Microeconômicas e Mercado de Capitais do Ministério da Fazenda.

A nova norma aprovada também reforça a governança institucional, ao trazer definição clara de atribuições de órgãos como comitê de investimentos e conselho fiscal, exigência de responsável técnico qualificado e credenciamento obrigatório para administradores,

gestores e distribuidores de fundos. Também foi ampliada a necessidade de transparência quanto às remunerações e aos registros de transações.

Por fim, a norma lista expressamente determinados tipos de investimentos que ficam vedados pelos RPPS e traz limites de alocação por emissores e de concentração no patrimônio líquido de fundos de investimento.

Em linha com o Plano de Transformação Ecológica do governo federal, a nova regulamentação determina que a atividade de gestão de riscos dos RPPS deve considerar os aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e social de sua carteira de investimentos.

"Essas mudanças representam um importante incentivo ao aprimoramento da governança dos RPPS, promovendo uma maior proteção aos beneficiários e a sustentabilidade dos regimes previdenciários", diz o Ministério da Fazenda, em nota.

A norma entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Relação com Motta termina em alta, diz Guimarães

Murillo Camarotto e Beatriz Roscoe

Após idas e vindas, a relação entre o governo e a Câmara termina o ano em alta. Pelo menos é essa a avaliação do líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE). Para o deputado, as últimas conversas entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), levaram a relação para "outro patamar".

"[2025] termina com um saldo político grande e a relação retomada", disse o líder a jornalistas na quinta-feira (18).

Lula entrou em campo na última semana antes do recesso parlamentar para acertar a relação com Motta. O governo conseguiu aprovar a segunda regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo e o corte de 10% nos benefícios fiscais.

"Aprovamos praticamente todas as matérias prioritárias do governo", disse o líder. Segundo ele, faltou aprovar apenas a medida provisória (MP) do Gás do Povo e a proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança.

Questionado sobre as expectativas para a relação com Motta ao longo de 2026, ano eleitoral, Guimarães preferiu não fazer prognósticos.

Sob novas bases, Motta participou da escolha do novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, indicado pelo União Brasil. Guimarães disse esperar que os partidos do Centrão com assento na Esplanada entreguem votos no Congresso e que, ao menos parcialmente, defendam a reeleição de Lula no ano que vem.

O deputado disse compreender as divisões internas dos partidos e que considera que cerca de metade dos votos das bancadas do União, PP e PSD "está de bom tamanho" para a governabilidade. "Temos que construir uma base de 257 votos na Câmara", afirmou o parlamentar.

Sobre a crise aberta na base com as críticas da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, a um suposto acordo do governo para votar a dosimetria no Senado, o líder disse que o que houve foi uma "falha de comunicação". "Não houve acordo de mérito, apenas de método. Basta ver que o PT todo

votou contra", disse.

O deputado voltou a dizer que Lula deve vetar o projeto, o que demandará uma nova articulação no Congresso para manter a decisão do presidente. "Mas cada dia com sua agonia", desconversou o líder.

Pré-candidato ao Senado em 2026, Guimarães ainda não decidiu se seguirá como líder do governo no ano que vem. Segundo ele, o PT quer eleger pelos menos 90 deputados, hoje são 76. Para o Senado, onde a disputa deverá ser acirrada, o partido já tem até o momento 19 pré-candidatos confirmados. Nove petistas devem disputar governos estaduais.

Guimarães afirmou ainda que as derrotas sofridas pelo governo no Congresso tiveram como objetivo demarcar posição política. Ele também indicou que o governo tem consciência de que não terá mais os índices de aprovação dos primeiros mandatos de Lula. "Temos consciência de que nenhum governo vai terminar com 80% de aprovação como foi com Lula no passado, porque agora há um cenário de polarização permanente", afirmou.

Para o ano que vem, a prioridade do governo no Congresso será o debate sobre o fim da escala 6x1 e a implementação da tarifa zero de ônibus, além da PEC da segurança e do PL antifacção.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Redesenho institucional para o crescimento (Artigo)

Diane Coyle (Tradução de Mário Zamarian) Diane Coyle é professora de Políticas Públicas na Universidade de Cambridge. Copyright: Project Syndicate, 2025.
www.project-syndicate.org

O Prêmio Nobel de Economia foi concedido este ano e no ano passado a acadêmicos que, de maneiras distintas, enfatizaram a importância das instituições para o crescimento econômico.

Joel Mokyr, um dos laureados de 2025, recorreu a fontes históricas para demonstrar que as sociedades prosperam quando permitem que novas ideias sejam colocadas em prática. Philippe Aghion e Peter Howitt, seus colegas laureados, identificaram o papel da destruição criativa - e das instituições que permitem que novos participantes substituam empresas e tecnologias já estabelecidas - na promoção do crescimento sustentado. Para os laureados de 2024 (Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson), a chave para a prosperidade econômica reside no Estado de Direito e em instituições facilitadoras.

A economia, de modo geral, já reconheceu essas realidades, especialmente agora que tecnologias emergentes estão transformando a estrutura de produção. Mas há uma estranha desconexão entre esse consenso e o debate atual sobre política econômica, que se concentra principalmente em temas estreitos como os investimentos em infraestrutura de inteligência artificial e **impostos** corporativos. Quando surgem questões de desenho institucional, elas tendem a ficar restritas a órgãos específicos, como os bancos centrais. Raramente os formuladores de políticas refletem sobre que tipo de ambiente institucional favorece a inovação e a experimentação.

Além disso, não existem definições ou métricas institucionais padronizadas. Estudos de abrangência macroeconômica tendem a recorrer a medidas indiretas que muitos economistas veem com ceticismo, como as pesquisas sobre "confiança nas instituições" ou índices de qualidade institucional. Da mesma forma, a mensuração de ativos intangíveis - como pesquisa e desenvolvimento ou ativos de dados, essenciais tanto para as economias quanto para as empresas - é muito menos desenvolvida do que outras estatísticas econômicas.

Adotar uma perspectiva mais ampla suscita novas questões. Quem seriam hoje os equivalentes dos mecânicos que mexiam com novas tecnologias, apontados por Mokyr como agentes centrais da inovação durante a Revolução Industrial? O que está impedindo que empresas existentes menos produtivas saiam do mercado, algo que Aghion e Howitt identificaram como crucial para o dinamismo econômico? Quais são as versões contemporâneas das corporações (como universidades e guildas) que, segundo Mokyr e seus coautores em "Two Paths to Prosperity: Culture and Institutions in Europe and China, 1000-2000", facilitaram o progresso europeu?

Uma forma de os formuladores de políticas responderem a essas questões seria dar uma nova ênfase na política de competição, cuja importância foi ressaltada pelos "milagres de desenvolvimento" do Sul e do Leste da Ásia na segunda metade do século 20. Essas economias construíram bases industriais ao recorrer à concorrência interna ou às exportações para impor disciplina às suas principais indústrias.

Apesar do reconhecimento crescente no meio acadêmico, de que as leis antitruste vêm sendo aplicadas de maneira insuficiente nas economias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde os anos 80, pouca coisa mudou. Uma atuação mais firme exigiria coragem política para enfrentar incumbentes poderosos - e isso parece estar em falta.

Nos EUA, o reforço da fiscalização antitruste sob Lina Khan, presidente da Federal Trade Commission (FTC) no governo de Joe Biden, foi interrompido quando Donald Trump retornou à Casa Branca. A União Europeia, por sua vez, vem hesitando em aplicar todo o peso de sua regulação digital diante das ameaças comerciais do governo Trump e da forte resistência das empresas de tecnologia dos EUA. O Reino Unido apostou suas expectativas de crescimento em atrair investimentos externos de grandes multinacionais, chegando inclusive a enfraquecer a Autoridade de Concorrência e Mercados (CMA, na sigla em inglês).

Em todos os casos, o foco permanece nos detalhes do arcabouço vigente, em detrimento de uma reflexão mais ampla sobre a arquitetura institucional da economia. Em muitos países, as instituições que

sustentam os sistemas de inovação tornaram-se semifossilizadas. São elas que determinam a facilidade de criar e encerrar empresas e permitem a experimentação de novos produtos e serviços.

Para citar apenas um exemplo, para muitas empresas europeias é caro demais fracassar. Pesquisas recentes sugerem que altos custos de reestruturação limitam a pesquisa e desenvolvimento e tornam pouco rentáveis os investimentos em startups de tecnologia e biotecnologia. Mas implementar reformas de "flexicurity", que combinam flexibilidade no mercado de trabalho com fortes proteções sociais, não é uma panaceia. A taxa com que startups surgem e prosperam é uma questão de economia política, dependente do ambiente geral do lugar - o ecossistema empresarial, a parceria entre os setores público e privado, e o compromissos político com o crescimento.

Felizmente, discussões de fôlego começam a ganhar espaço. O relatório do ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE) e ex-primeiro-ministro italiano Mario Draghi, sobre o futuro da competitividade europeia, foi um marco importante para a União Europeia ao reconhecer a necessidade de uma renovação ampla das políticas.

Com o sistema multilateral praticamente inoperante, a transição para a energia limpa já em curso e a IA avançando em ritmo vertiginoso, é preciso escancarar a janela de Overton - modelo para entender como as ideias na sociedade mudam ao longo do tempo e influenciam a política - e abrir espaço para novas ideias de política pública em múltiplos domínios. À medida que as populações das economias avançadas se tornam cada vez mais desiludidas com o establishment econômico, as instituições que o sustentam inevitavelmente mudarão. Mas como será essa mudança dependerá do que as autoridades políticas fizerem a seguir.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Haddad defende ações para tornar gastos públicos sustentáveis

Guilherme Pimenta e Ruan Amorim

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou nesta quinta-feira (18) que deve deixar o cargo no início de 2026, "no mais tardar" em fevereiro, já que tem a intenção de participar da elaboração da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ele voltou a dizer que não quer ser candidato a nenhum cargo no próximo ano e admitiu a necessidade de reformas para garantir a sustentabilidade do gasto público.

Durante café com jornalistas, o ministro ressaltou que o melhor intervalo para que o seu sucessor assuma a Fazenda é antes de abril, prazo da desincompatibilização para candidatura eleitoral. Segundo ele, "decisões importantes" precisam ser tomadas já no início do ano.

"Manifestei desejo de colaborar com a campanha do presidente Lula, e isso é incompatível com o cargo de ministro da Fazenda", afirmou Haddad. "Seria bom alguém tomar as rédeas aqui. Há providências que precisam ser tomadas no começo do ano."

Ele citou o primeiro ajuste no Orçamento, que precisará ser feito em março, no Relatório Bimestral de Receitas e Despesas. Haddad não explicou se sua saída será no início ou no fim de fevereiro.

Haddad admitiu que o governo terá de fazer reformas econômicas a partir de 2027 para garantir a sustentabilidade dos gastos públicos, ao reconhecer que o arcabouço fiscal pode precisar de "aprimoramentos". Ainda assim, disse, não há razão para mexer na estrutura da regra.

"A questão fiscal vai continuar inspirando os cuidados devidos e penso que qualquer governo vai [precisar] continuar aprimorando o arcabouço fiscal", comentou. "A arquitetura do arcabouço fiscal, eu manteria. Você pode discutir os parâmetros do arcabouço, como apertar mais, ou apertar menos", disse o ministro, ao citar possibilidades de adotar um maior ou menor percentual, por exemplo, no ritmo de crescimento dos gastos hoje, a regra fiscal impõe alta real de no máximo 2,5% ao ano.

Questionado sobre a trajetória de alta da dívida pública, disse acreditar que "nós vamos ter que fazer reformas". "Aliás, é o que eu estou fazendo. O tempo todo aqui eu estou fazendo algum tipo de reforma para melhorar a sustentabilidade dos gastos públicos no tempo", defendeu.

O ministro também estimou que algumas medidas não contabilizadas no Orçamento podem poderão elevar as receitas em 2026, como o combate ao devedor contumaz, grandes transações tributárias e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Haddad disse que a equipe econômica ainda não calculou os efeitos do projeto lei que visa combater os sonegadores de **impostos**, mas confirmou que o montante a ser arrecadado com essa medida poderá compensar a frustração de arrecadação esperada esta semana no Congresso

Nacional. Também disse que há um "mapa de possibilidades" para fazer ajustes no Orçamento no próximo ano.

Isso porque a Fazenda projetou arrecadar quase R\$ 30 bilhões, no total, com o corte linear de benefícios fiscais, além da alta do tributo sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), bets e fintechs. A conta total, segundo lideranças do Congresso, sugerem uma alta menor, de R\$ 22,4 bilhões no ano que vem com a aprovação de todas essas medidas na última quarta-feira (17).

Para 2026, o cenário fiscal é mais desafiador, tendo em vista que a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (R\$ 34,3 bilhões) - o governo cumprirá a meta, segundo o arcabouço, se alcançar o déficit zero.

Ele ainda afirmou que outras medidas podem ser tomadas, quando questionado sobre a imposição de Imposto sobre Operações

Financeiras (IOF) sobre operações com criptomoedas.

O ministro voltou a repetir que não tem como dissociar a política fiscal da monetária, uma vez que "uma afeta a outra". Segundo ele, é preciso harmonia entre as duas políticas, ao dizer que tem "acompanhado com

preocupação" a possível queda na atividade econômica em razão da taxa de juros. A taxa Selic está em 15% ao ano.

Para evitar ruídos e pressões por mais gastos no ano eleitoral, o ministro da Fazenda respondeu que "tomou o cuidado" de falar sobre o futuro e confirmar sua saída da pasta após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com o encaminhamento do Orçamento do próximo ano, previsto para esta sexta-feira (19) em sessão do Congresso Nacional.

Questionado se o secretárioexecutivo do ministério, Dario Durigan, será o novo titular da pasta, Haddad tergiversou e se limitou a dizer que tem "orgulho" da sua

equipe e que, ao longo desses três anos, levou os secretários frequentemente para despachar com o presidente da República.

Lula, afirmou Haddad, sinalizou que vai respeitar qualquer decisão tomada pelo ministro. "O debate não é prazo de desincompatibilização, porque eu não sou candidato, e sim o melhor momento para alguém assumir, e acredito que é antes do prazo de compatibilização", disse. Haddad também negou a possibilidade de compor a chapa para ser vice-presidente de Lula em 2026.

"Não foi ele [Lula] que me procurou para ser candidato, fui eu que, numa circunstância que considerei apropriada, puxei o assunto e falei: está havendo muita especulação sobre isso, eu quero dizer para o senhor o que estou pensando em fazer. Foi assim que a coisa aconteceu", disse. "Não vivo da política, nunca me vi assim. Concorri à primeira eleição quando tinha quase 50 anos."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

O crescimento econômico que asfixia - PALAVRA DO GESTOR

Nos últimos anos, o Brasil optou por um caminho econômico perigoso e, infelizmente, recorrente em sua história: a tentativa de crescer por meio da expansão contínua e acelerada do Estado. Desde o pós-pandemia, os gastos do governo federal dispararam e alcançaram um patamar de despesas incompatível com a capacidade da economia. Em 2024, a despesa primária do governo central - que exclui o pagamento de juros - atingiu R\$ 2,2 trilhões, um aumento nominal de mais de 22% em relação a 2022 e quase 55% acima do patamar de 2019.

Esse crescimento, persistente e acima da **inflação**, deriva de um modelo de gestão que ignora os limites fiscais.

A consequência mais direta desse excesso é a escalada da dívida pública. A relação dívida sobre o **PIB**, principal indicador de sustentabilidade, encerrou 2022 em 71,7%, cresceu para 77,5% em agosto de 2025 e segue em alta. Para financiar esse rombo, o Tesouro Nacional emite uma quantidade cada vez maior de títulos públicos. No entanto, o apetite do mercado para absorver essa dívida adicional tem limites, principalmente quando o risco de descontrole fiscal crônico é percebido.

O efeito disso é custo. Para atrair compradores, o governo é obrigado a oferecer juros mais altos, e é aí que a teoria econômica se materializa em números: as taxas de juros das NTN-Bs, títulos indexados à **inflação** que são o termômetro do risco Brasil de longo prazo, já estão acima de 7,5% ao ano - o maior da história. Tem-se, pois, um sinal de desconfiança e um fardo para o futuro.

Dados da Serasa Experian mostram que a quantidade de recuperações judiciais, indicador de estresse empresarial, aumentou em 61,8% em 2024 ante 2023. Empresas viáveis são asfixiadas pela falta de crédito acessível, e o ciclo de crescimento se rompe. Ao mesmo tempo, o endividamento das famílias bate recordes, com mais de 78% da renda comprometida com dívidas, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Diante desse cenário de juros altos e atividade fraca, a resposta do governo federal tem sido, paradoxalmente, dobrar a aposta no intervencionismo. Em vez de atacar a causa do problema - o gasto

público descontrolado que pressiona os juros -, ele quer remediar os sintomas com subsídios. Tem-se hoje um labirinto de incentivos tributários, com setores recebendo privilégios, como a isenção de Imposto de Renda para títulos de empresas que emitem debêntures de infraestrutura, CRIs e CRAs.

Outro exemplo é o regime diferenciado de tributação para setores como o de educação, que paga alíquotas de PIS e Cofins bastante reduzidas. Na prática, a diferença de carga tributária criou um mercado paralelo com empresas que nada têm a ver com educação se utilizando de "laranjas" ou estruturas questionáveis para faturar como instituições de ensino e pagar menos **impostos**. A fim de compensar os juros altos causados pelo próprio governo, criam-se subsídios que, por sua vez, abrem brechas e ineficiências, concentrando recursos em setores artificialmente competitivos e matando, à míngua, os demais.

O círculo vicioso que se desenha é preocupante. Ao se insistir em um crescimento estimulado pela mão pesada do

Estado, a dívida pública incha e os juros sobem. Os setores produtivos são sufocados pelo custo do capital, e a solução encontrada, ironicamente, é a concessão de ainda mais subsídios setoriais, que por sua vez aprofundam as distorções e a desigualdade de condições entre os setores economia.

Já um crescimento moderno, sustentável e saudável exige um caminho diferente.

Ele não nasce de incentivos focados e artificialmente construídos, mas de um ambiente macroeconômico previsível e de juros baixos. Estes, por si só, seriam o estímulo mais poderoso e democrático possível, beneficiando todos os setores da economia de forma isonômica, sem criar vencedores e perdedores por decreto.

Vale a reflexão final: não seria necessário criar títulos isentos de Imposto de Renda para fomentar o crédito privado se a taxa básica de juros de longo prazo estivesse em patamares civilizados - 6% ao ano. Da mesma forma, programas de crédito estudantil subsidiado, como o Fies, perderiam grande parte de sua razão de ser se os jovens e suas famílias tivessem

acesso a linhas de financiamento com juros acessíveis no mercado.

Este cenário não é uma utopia. É uma realidade que o Brasil já viveu. O juro de longo prazo no país já foi de 6,5% em um passado não tão distante, precisamente em um período em que o crescimento dos gastos primários do governo era mantido sob controle, na casa de 0,5% ao ano.

Há, portanto, duas escolhas: retomar o caminho da responsabilidade fiscal, que liberta a economia e abre espaço para juros estruturalmente mais baixos, ou persistir no modelo que nos condena a um custo alto do capital e a um futuro de estagnação. Escolhendo a primeira, a rota do crescimento sustentável já é conhecida; falta apenas a vontade política para percorrê-la.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Galípolo reticente sobre juros

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que a autoridade monetária não pretende dar um guidance (sinal) se pretende ou não começar a reduzir os juros em janeiro de 2026, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Contudo, disse que "não há portas fechadas" tanto para aumento quanto para queda da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 15% ao ano, maior patamar desde julho de 2006.

"Eu prefiro aguardar e recolher dados para chegar com mais dados na próxima reunião. Essa é a interpretação correta", disse Galípolo a jornalistas, durante a apresentação do Relatório de Política Monetária (RPM), documento produzido pelo BC trimestralmente e que substitui o Relatório de Inflação.

"Não há portas fechadas", acrescentou ele, em referência ao porquê da manutenção do trecho de que o Copom "não hesitará" em aumentar os juros se for necessário, mas também há a interpretação, segundo ele, para a abertura de queda dos juros. "A gente não fechou a porta na comunicação", acrescentou. Para ele, essa é a estratégia "mais coerente" do BC e que manterá na condução da política monetária.

"Não decidimos o que vamos fazer em todas as reuniões. Vamos tomar a decisão ao longo deste ciclo", ressaltou, na conversar, em que também fez um balanço do ano.

Otimismo O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillén, demonstrou mais otimismo com relação ao cenário doméstico, ao comentar com os jornalistas o RPM. "O ambiente é incerto, mas menos incerto do que já foi", afirmou.

Segundo ele, o conjunto dos indicadores segue apresentando, "conforme esperado", trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, como observado na última divulgação do Produto Interno Bruto (PIB), que apresentou crescimento de 0,1% no terceiro trimestre deste ano, confirmado o processo de desaceleração da atividade. Contudo, ele ressaltou que o mercado de trabalho "ainda mostra resiliência".

De acordo com o diretor, contudo, o ambiente externo ainda continua incerto "em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais". "Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por tensão geopolítica", frisou, destacando

que as projeções "ainda não indicam desancoragem." Troca de diretores Galípolo informou que a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 27 e 28 de janeiro, terá apenas sete diretores, em função da saída dos diretores Renato Dias de Brito Gomes (Organização do Sistema Financeiro e Resolução) e Diogo Abry Guillen (Política Econômica). Os mandatos de ambos vencem no dia 31 e, com o recesso parlamentar, uma sabatina dos novos diretores só ocorrerá no próximo ano.

Ao ser questionado pelo Correio se eles poderiam permanecer até a aprovação dos próximos diretores, Galípolo contou que não houve espaço para negociação.

Caso Master Ao comentar sobre a liquidação do Banco Master e a convocação de diretores do BC pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para dar explicações, Galípolo afirmou que o BC estará à disposição do Supremo.

"Enquanto presidente, estou à disposição do Supremo para fornecer todos os dados que a gente já forneceu ao Ministério Público e à Polícia Federal. A gente documentou tudo: cada uma das ações que foram feitas, cada uma das reuniões, trocas de mensagens, comunicações, tudo isso está devidamente documentado", afirmou. (RH)

Site:

<https://edicao.correobraziliense.com.br/correobraziliense/2025/12/19/all.pdf>

"Ainda não está claro se desta vez o acordo vai cruzar a linha de chegada"

LAÍS ADRIANA

Todd Martinez Diretor sênior e codiretor de Américas da agência de classificação Fitch Ratings

O diretor sênior e codiretor de Américas da Fitch Ratings, Todd Martinez, alertou que o acordo entre o Mercosul e a União Europeia pode não "cruzar a linha de chegada" em dezembro, como era amplamente esperado nas últimas semanas.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, Martinez ponderou que ainda existe a necessidade de concordância entre muitos países-membros de ambos os blocos, com grupos de interesse conflitantes.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O Mercosul se prepara para assinar um acordo de comércio com a União Europeia.

Isso fortalecerá as economias locais?

Esse acordo comercial está sendo discutido há décadas e nunca parece cruzar a linha de chegada, então não está claro ainda que será diferente desta vez. Se avançar, será boa notícia.

Um dos maiores desafios para o Mercosul são as elevadas barreiras comerciais que dificultam o comércio com outros países, especialmente Argentina e Brasil, que são os mercados mais importantes do bloco.

O acordo abalaria os mercados de exportação, introduziria maior competição nessas economias e ajudaria no crescimento da produtividade. É um caminho que já foi seguido por outros países da América Latina, como os países andinos, que têm mais acordos de livrecomércio de sucesso e outros que provocaram sofrimento. É difícil estimar o resultado e é um equilíbrio delicado.

O sr. disse que não está claro que o acordo Mercosul-UE será fechado, mas houve uma certa onda de otimismo nas últimas semanas com a proposta de salvaguardas e rumores de possível assinatura até o fim de dezembro. Por que ainda parece tão difícil, na sua visão?

O meu entendimento é que ambas as partes da União Europeia e do Mercosul precisam concordar sobre os termos do acordo em geral, com a maior quantidade de países-membros possível. Mas há muitos grupos de interesse envolvidos que por muitos anos complicaram o progresso neste tema.

Os EUA estão em crescente tensão com a Venezuela.

Como isso afeta a região de modo geral?

Uma escalada pode interromper fluxos de comércio e incentivar a emigração de venezuelanos.

Mas os obstáculos comerciais podem ser resolvidos e já vimos a saída de muitas pessoas da Venezuela nos últimos anos. O efeito mais preocupante seriam as implicações econômicas das tensões políticas na região caso países da América Latina se opusessem às ações dos EUA na Venezuela.

Por enquanto, não esperamos nenhuma grande repercussão.

Tivemos recentemente a retirada de sanções dos EUA sobre o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Há esperança de que esta ação possa simbolizar um alívio na postura americana em relação ao Brasil?

Não acreditamos que essas sanções sobre indivíduos tenham impactos sobre a macroeconomia, ao contrário das tarifas ou restrições setoriais.

Mas a ação certamente pode indicar alívio nas restrições tarifárias impostas pelos EUA contra o Brasil e, se isso acontecer, seriam boas notícias para o País, embora sem alterações significativas para as perspectivas de atividade. Fizemos cortes em nossas projeções para o crescimento econômico brasileiro quando as tarifas foram impostas, contudo, uma grande redução das alíquotas não deve levar a uma melhora significativa no PIB de 2026. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setores derrubados por tarifaço não encontram novos mercados

Marta Watanabe De São Paulo

Dentre 21 setores que sofreram queda na exportação aos Estados Unidos, em razão do tarifaço, em apenas seis houve compensação com aumento de embarques ao resto do mundo no período de agosto a novembro deste ano ante iguais meses de 2024. Entre os setores que conseguiram compensar integralmente as perdas estão produtos vegetais, gorduras e óleos, químicos, pedras preciosas, máquinas e aparelhos elétricos e máquinas e instrumentos mecânicos.

A perda total na exportação aos EUA atingiu nos quatro meses US\$ 1,6 bilhão. Considerando só os setores que não conseguiram compensar a queda aos americanos com o aumento na venda a outros mercados, a perda foi de US\$ 1,2 bilhão, com destaque aos ramos de alimentos, como mel e pescados, plástico e borracha, madeira, metais e material de transporte. Em termos anualizados, o prejuízo para a exportação brasileira pode chegar a US\$ 3,6 bilhões.

O levantamento, da Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil), considerou os produtos que atualmente são alvo de tarifas de importação de 40% a 50% pelos Estados Unidos, o chamado tarifaço, com base na IEEPA, a Lei de Poder para Emergência Econômica Internacional, na sigla em inglês. Os dados não incluem, portanto, os itens que foram alvos de isenção do tarifaço pelos EUA ao fim de julho e também em 20 de novembro. O levantamento não considera os produtos tributados a 10% nem os que estão com alíquota mais alta com base na Seção 232 da Lei de Expansão Comercial dos EUA.

A ideia do estudo, explica Abrão Neto, presidente da Amcham, foi mensurar o impacto das tarifas mais altas olhando para o efeito aos setores exportadores aos EUA, verificando se a eventual queda de exportações aos americanos estaria sendo compensada com um desempenho mais favorável dos embarques ao restante do mundo.

A comparação do desempenho de agosto a novembro deste ano contra igual período de 2024 mostra que há efeito negativo disseminado nas exportações brasileiras, diz. Em termos relativos, em 20 setores houve retração nas vendas ao mercado americano pior do que a variação das vendas para o mundo. A

exceção, aponta, ficou para o material de transporte. Nesse setor, mostra o levantamento, os embarques aos americanos caíram 2,9% enquanto que para os demais mercados a queda foi de 7,2%. "E, mais relevante, em 15 dos 21 setores levantados o aumento da exportação ao resto do mundo não foi suficiente para compensar as quedas nos embarques aos EUA."

Abrão destaca ainda que é preciso olhar detalhadamente os setores

em que, de forma mais agregada, mostram compensação de perdas. Ele exemplifica com o setor de máquinas e aparelhos elétricos. Pelo estudo, de agosto a novembro a exportação aos EUA nesse ramo foi US\$ 104,5 milhões menor que a de iguais meses de 2024. A exportação brasileira ao resto do mundo no setor aumentou em US\$ 658 milhões, mais do que compensando a perda aos americanos, já que o saldo líquido seria de alta de US\$ 553,5 milhões de embarques totais do Brasil nesse ramo.

"Mas esses produtos que deixaram de ser exportados aos EUA não estão sendo necessariamente compensados. Porque há itens que entram na mesma classificação setorial, mas o que é exportado aos EUA é diferente do que é vendido ao resto do mundo", explica. É preciso olhar o impacto de forma micro também, diz. "Vamos considerar

uma empresa que deixa de vender aos EUA e isso representa 98% de tudo que ela exportava. Ela passa a vender ao mundo 5% a mais. No agregado, se a compensação aconteceu ou não, do ponto de vista dessa empresa, é irrelevante."

"Isso mostra que a estratégia e um esforço de se diversificar mercados para as exportações brasileiras é um movimento saudável e necessário, mas no curto e no médio prazo não resolve a questão do acesso ao mercado americano. É um mercado com **PIB** de mais de US\$ 30 trilhões, um país que importa US\$ 3,3 trilhões por ano."

Os dados, afirma Abrão Neto, evidenciam a importância de se continuar o processo de negociação entre Brasil e EUA em busca de solução para as tarifas. É preciso considerar, diz, os efeitos que o mercado americano, com sua diversificação e seu valor agregado, têm para o perfil das exportações

brasileiras. "Em muitos casos há especificações técnicas, como é o caso de máquinas e equipamentos. Não se consegue substituir isso no curto prazo em outros mercados."

Fabrizio Panzini, diretor de políticas públicas e relações governamentais da Amcham Brasil,

explica que, quando se olha os setores afetados, o saldo líquido entre o aumento de vendas ao resto do mundo e as perdas ao mercado americano é positivo, de US\$ 2,8 bilhões. Ele observa, porém, que US\$ 3,2 bilhões são do setor de produtos vegetais, que abarcam produtos cuja exportação aos EUA não é relevante. Ele exemplifica com soja e milho, que, juntos, somam US\$ 3,1 bilhão, sempre considerando o período de agosto a novembro na comparação com igual período de 2024.

A Amcham calcula que as alíquotas de 40% a 50% no âmbito da IEEPA atingem atualmente 35,9% das exportações brasileiras aos EUA. O cálculo considera a representatividade nos embarques aos americanos em 2024, período em que as exportações não estavam ainda sendo afetadas pela atual política tarifária do presidente dos EUA, Donald Trump. Pelas contas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), essa fatia é de 22%. Panzini diz que a diferença nos números é explicada pela adoção de metodologias e níveis diversos de detalhamento das linhas tarifárias.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PIB da soja e do biodiesel deve crescer 11% neste ano

Paulo Santos

A cadeia da soja e do biodiesel deve fechar 2025 com um crescimento de 11,66%, de acordo com estudo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), feito em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

A estimativa supera em 0,37 ponto percentual a projeção anterior, refletindo o avanço da agroindústria e seu impacto positivo sobre os agrosserviços da cadeia. "De modo geral, a colheita de uma safra 2024/25 de soja recorde no Brasil e a intensificação do processamento do grão por parte da indústria vêm sustentando a previsão de forte alta do PIB da cadeia da soja e do biodiesel em 2025. Com isso, o PIB da cadeia produtiva representaria 23% do PIB do agronegócio neste ano e 5,7% do PIB nacional", afirmou o Cepea, em nota.

Apesar do desempenho positivo para o PIB, a variação dos preços relativos ficou negativa para a cadeia produtiva, reflexo das quedas de preços no terceiro trimestre. Segundo o estudo, o recuo decorreu das fortes altas de preços observadas no mesmo período de 2024. Esse movimento levou à redução da projeção de avanço da renda da cadeia da soja e do biodiesel, apesar da expansão dos volumes.

A estimativa atual indica alta de 3,54% na renda da cadeia em 2025. A projeção foi revisada para baixo pela segunda vez no terceiro trimestre (era de +11,19% na previsão anterior).

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Galípolo recoloca debate sobre corte de juros em janeiro

Alex Ribeiro, Gabriel Shinohara, Giordanna Neves e Anaís Fernandes

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, informou que a falta de uma indicação clara de corte de juros para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de janeiro não significa que essa hipótese foi excluída do leque de possibilidades para esse encontro. "Não há nenhuma seta dada, nem porta fechada para as próximas reuniões", disse e repetiu ontem, durante entrevista coletiva de divulgação do Relatório de Política Monetária (RPM).

Segundo o presidente do BC, não há nenhuma decisão previamente tomada pelo colegiado para a próxima reunião e as seguintes. Ele explicou que isso será feito com base nas informações e no cenário econômico disponíveis em cada encontro, conforme o cenário for evoluindo. "Entendo que exista, às vezes, uma ansiedade para que o BC sinalize com um telão em neon o que vai fazer", disse. "Mas a gente está dependente de dados."

Foi a primeira fala pública do presidente do BC desde a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que manteve a taxa básica de juros, a Selic, em 15% ao ano. Nos últimos dias, uma parte do mercado entendeu a falta de sinalização explícita do BC sobre cortes de juros em janeiro como uma mensagem conservadora.

Esse foi um dos fatores que levaram o mercado a aumentar de 47% para cerca de 74% a chance de manutenção da Selic em janeiro nas opções do Copom negociadas na B3, ao lado do aumento da percepção de risco político pelo mercado, depois que uma pesquisa eleitoral da Quaest indicou menores chances de uma eventual candidatura à Presidência do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Ontem, conforme Galípolo falava, as chances de manutenção de juros recuaram para 65%.

Segundo Galípolo, a comunicação oficial do Copom "não dá dica" sobre o que vai fazer no futuro porque o colegiado ainda não decidiu quais serão os próximos passos. "Toda vez que tem uma incerteza, a gente confessa: é assim que a gente está vendo. Vamos reunir dados e, a partir da reunião de dados, chegar à conclusão."

Galípolo também procurou esvaziar a leitura que participantes do mercado vinham fazendo de que as projeções de **inflação** do Copom sejam um sinalizador que indique ou desautorize quedas na taxa Selic.

"Conforme fomos retirando algumas expectativas [entre participantes do mercado] de palavras-chave serem gatilhos de sinal de baixa de juro, todo mundo vai migrando para que a projeção vire um sinal", comentou. Segundo ele, as projeções de **inflação** não são um sinal nem um gatilho do Banco Central para cortar os juros - são, na verdade, um dos muitos elementos que a autoridade monetária vai analisar para decidir o que vai fazer.

As projeções de **inflação** entraram no centro do debate sobre a baixa de juros depois que o Copom, em reunião na semana passada, reduziu para 3,2% a sua estimativa para a variação do índice de preços para o período de 12 meses até junho de 2027. Esse é o período em que o Banco Central, atualmente, se propõe a cumprir a meta de **inflação**, de 3%.

Os participantes do mercado vêm expressando duas visões distintas. Alguns dizem que, em 3,2%, a projeção de **inflação** impede o Copom de iniciar um ciclo de corte de juros, porque está acima da meta. Outra visão, mais otimista, é que, em 3,2%, a projeção de **inflação** permitiria cortar os juros. Isso porque estaria estatisticamente em torno da meta, já que há incertezas num horizonte de tempo tão longo.

Também presente na entrevista coletiva, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, criticou o que chamou de visão "mecanicista" das projeções de **inflação** - ou seja, a visão de que esse fator, isoladamente, seja determinante das decisões do Copom. "Não tem um elemento unidimensional", disse. "Não é olhar apenas a projeção, não é olhar apenas o balanço de riscos, não é olhar apenas o hiato [do produto, uma medida de ociosidade da economia]." Segundo ele, o BC observa um conjunto de informações para decidir.

"Não adianta querer achar que vai ter uma coisa, nem a projeção. Não vai ter uma coisa, vai ser uma série de coisas que a gente vai estar analisando", reforçou o presidente do BC.

Guillen destacou, ainda, o quanto essas projeções de

longo prazo são imprecisas. "Adoraria ter [um intervalo de confiança] de 0,1 ponto percentual para uma projeção de **inflação** feita para um período 18 meses à frente", disse, lembrando que são comuns surpresas dessa magnitude ou maiores em dados mensais sobre índices de preços.

Na entrevista, Galípolo foi questionado mais de uma vez sobre como o Copom reagiria aos efeitos nos mercados das incertezas eleitorais. Nos últimos dias, em virtude em parte da apresentação da pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro e da percepção de que as chances eleitorais de Tarcísio são menores, a taxa de câmbio chegou a R\$ 5,52, a maior cotação desde agosto.

"O processo eleitoral só entra na nossa equação a partir do ponto que ele afeta fundamentos que vão afetar a variável-chave para a gente, que é a nossa meta de **inflação**", respondeu Galípolo. Ele lembrou, porém, que a política monetária foca um horizonte mais longo do que o simples ano eleitoral. A partir de janeiro, as decisões do Copom terão como alvo a **inflação** acumulada até setembro de 2027. "O nosso horizonte relevante já é um horizonte que perpassa o processo eleitoral."

Para a reunião de janeiro, o Copom não terá a presença dos diretores de política econômica, Diogo Guillen, e de organização do sistema financeiro e de resolução, Renato Gomes, cujos mandatos acabam no próximo dia 31. Até que o governo indique os sucessores e o Senado os aprove, o diretor de assuntos internacionais e de gestão de riscos corporativos, Paulo Picchetti, acumulará a diretoria de Guillen, e o diretor de regulação, Gilneu Vivan, a de Gomes.

Outro tema tratado na coletiva foi o do Banco Master e a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de fazer oitivas sobre o caso com dirigentes do BC. Galípolo disse que está à disposição para fornecer todos os dados para o STF. "A gente documentou tudo, cada uma das ações que foram feitas, cada uma das reuniões, cada uma das trocas de mensagens, cada uma das comunicações. Tudo isso está devidamente documentado e, obviamente, estamos, como não poderia ser diferente, à disposição do Supremo", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Copom vê inflação menor após surpresas e aperto monetário

Alex Ribeiro

As surpresas positivas ajudaram a reduzir a projeção de inflação do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) para o segundo trimestre de 2027, que é atualmente o horizonte em que o colegiado se propõe a cumprir a meta de inflação, de 3%.

Mas não foi só a sorte que pesou: o cenário de desaceleração da atividade está se desenrolando de forma muito próxima do esperado e, já neste fim de ano, o grau de sobreaquecimento da economia se torna bem menor do que no passado recente.

Os detalhes sobre o que mexeu nas projeções de inflação do BC foram divulgados no Relatório de Política Monetária (RPM), o mais completo documento de comunicação de política monetária do comitê.

Na semana passada, o Copom divulgou que sua projeção de inflação para o segundo trimestre de 2027 caiu de 3,3% para 3,2%. Foi a segunda queda seguida na estimativa, que, na reunião do comitê de novembro, se encontrava em 3,4%.

O percentual de 3,2% é tão próximo de 3% que, na sua ata, que saiu na terça-feira, o Copom deixou de destacar que a estimativa está acima da meta. No relatório, porém, o Copom volta a dizer que está acima dela.

Mais do que a projeção em si, importa muito saber o que a fez cair - se foram ventos mais favoráveis, que podem ser atribuídos à sorte, ou se foi o resultado da política monetária, que fica expresso sobretudo na queda das expectativas de inflação e na desaceleração da economia.

No relatório, o Copom diz que a queda de 0,2 ponto percentual na projeção para a inflação acumulada até o segundo trimestre de 2027, ocorrida nas suas duas mais recentes reuniões, se deve sobretudo ao comportamento mais favorável da inflação no curto prazo, à melhoria das expectativas de inflação e à queda de preços de combustíveis associada ao dólar e ao petróleo mais baratos.

De setembro a novembro, a inflação ficou 0,32 ponto percentual abaixo do esperado pelo Copom. Uma

parte dessa surpresa se deve ao dólar mais baixo, que também reflete a Selic mais alta, além do cenário internacional de desvalorização da moeda americana.

O BC tem um crédito importante na queda das expectativas de inflação, que foram influenciadas pela política monetária mais apertada, além da inflação corrente mais baixa.

Mas o relatório aponta um fator que pesou do lado altista no horizonte de política monetária: o grau de ociosidade da economia estimado para o período é de 0,4%, um pouco menor do que os 0,5% previstos na edição anterior do relatório para o primeiro trimestre de 2027. Foi um efeito pequeno, porém, que não impediu que no fim a projeção caísse de 3,4% para 3,2%.

Essa pequena revisão para o futuro, por outro lado, não deve ofuscar o fato de que, no últimos trimestres, o Copom constata um desmonte progressivo da situação de sobreaquecimento da economia.

O Banco Central estima que, no terceiro trimestre de 2025, a economia esteja operando 0,5% acima de sua capacidade, o que contribui para pressionar a inflação. O BC manteve essa estimativa, que, no relatório de setembro, era exatamente 0,5%. Para o quarto trimestre, o sobreaquecimento está estimado pelo BC em 0,2%. No segundo trimestre, era estimado em 0,7%,

Parece que não há nada de novo em manter uma projeção, mas há: basta consultar os relatórios anteriores do BC para ver quantas vezes a autoridade monetária foi surpreendida por uma atividade econômica mais forte do que o esperado, que levou a revisões de suas estimativas sobre o grau de sobreaquecimento.

A isso se junta uma avaliação menos preocupada com o mercado de trabalho. A taxa de desemprego segue nas mínimas históricas, mas o Banco Central nota que a taxa de ocupação e a taxa de participação caíram.

Ao lado de certa contenção no avanço das transferências governamentais, isso segura a renda disponível - os reajustes salariais ainda estão acima da inflação, mas num ritmo menor que em 2024. Num ambiente de aperto nas condições de crédito e com famílias endividadas, há uma certa contenção no

consumo - que avançou 0,1% no terceiro trimestre, segundo dados do Produto Interno Bruto (PIB).

A conclusão de todos esses dados é que a sorte ajudou a baixar a projeção de inflação para perto da meta, com as surpresas inflacionárias, mas a queda se deve também ao aperto monetário, que está se transmitindo da forma esperada pelos diversos canais, entre eles o esfriamento da atividade econômica.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Agro ajuda indicadores econômicos em 2025, mas cenários desafiam produtores em 2026

O agro foi fundamental para a melhora de alguns indicadores econômicos no Brasil em 2025, como o Produto Interno Bruto (**PIB**) e a redução da inflação, mas fatores internos e externos representam riscos e vão desafiar os produtores rurais em 2026, de acordo com dados divulgados e projeções feitas, no dia 9 de dezembro, pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O balanço do setor agropecuário em 2025 e as perspectivas para 2026 foram apresentados em uma coletiva de imprensa, com a presença do presidente da CNA, João Martins; da diretora de Relações Internacionais, Sueme Mori; e do diretor técnico, Bruno Lucchi.

A CNA avaliou que o agro foi um dos responsáveis pelos resultados positivos dos índices macroeconômicos, como a redução da **inflação**, que deve fechar o ano em 4,4%, e a projeção de crescimento de 1% do **PIB** do agronegócio em 2026, após expansão estimada de 9,6% (R\$ 3,13 trilhões) para 2025. Sem a contribuição do agro, haveria risco de novo descumprimento da meta, o que exigiria manutenção de uma política monetária mais restritiva, visto que a taxa Selic está em 15% ao ano. No cenário fiscal, 2026 será um ano desafiador para a economia brasileira, com destaque para a necessidade de ajuste fiscal.

VULNERABILIDADE FINANCEIRA E CLIMÁTICA

Em relação ao endividamento, em outubro deste ano o crédito rural registrou a sua maior inadimplência desde o início da série histórica, em 2011, alcançando 11,4%. No mesmo período do ano anterior, o valor era de 3,54%, e em janeiro de 2023 era de 0,59%. Para a CNA, a recuperação econômica do produtor rural dependerá da capacidade de articular soluções estruturais que reduzam a vulnerabilidade financeira e climática, promovendo previsibilidade, confiança e resiliência para um crescimento sustentável do agro brasileiro.

Segundo estimativas, o Valor Bruto da Produção (VBP) deve alcançar R\$ 1,57 trilhão em 2026, crescimento de 5,1% em relação a 2025. O segmento

agrícola deve totalizar R\$ 1,04 trilhão (+6,6%), impulsionado pelo aumento da produção de grãos. Já o VBP da pecuária deve atingir 2,2%, chegando a R\$ 528,09 bilhões, com a bovinocultura de corte apresentando expansão de 4,7%.

Para 2025, o VBP está estimado em R\$ 1,49 trilhão, representando expansão de 11,9% em comparação a 2024. O segmento pecuário deve ter papel de destaque, com alta projetada de 14,2% (R\$ 516,52 bilhões), puxada pela recuperação dos preços da bovinocultura de corte.

Já o agrícola deve registrar alta de 10,8%, alcançando R\$ 981,30 bilhões, sustentado pelo bom desempenho das safras de soja e milho.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as projeções para a safra 2025/2026 indicam que a produção total deve superar o volume colhido na safra anterior, podendo alcançar 354,8 milhões de toneladas, alta de 0,8%. A área plantada com soja está projetada em cerca de 49,1 milhões de hectares, e a produção, em 177,6 milhões de toneladas, aumento de 3,6%. Já a previsão para o milho é de queda de 2,5% na produção de segunda safra, totalizando 110,5 milhões de toneladas. Considerando as três safras, a produção total será de 138,8 mi/ton (-1,6%). No arroz, é esperada uma redução de área, que deve impactar no resultado da produção de 11,3 milhões de toneladas (-11,5%), reflexo do consumo estagnado que causou quedas nos preços em 2025.

Já os abates de bovinos no Brasil cresceram 5,6% em 2025, até o terceiro trimestre, enquanto a produção de carne bovina aumentou 3,8% no período. O destaque do abate de fêmeas no abate total (49,9%) deve reduzir a oferta de bovinos e animais para reposição de forma mais acentuada em 2026, com expectativa de alta nos preços no mercado do boi.

COMÉRCIO EXTERIOR

Já no cenário internacional, a Confederação avalia que 2026 deve ser marcado por intensas movimentações, com os Estados Unidos mantendo uma política

comercial agressiva, alinhada à estratégia de estímulo à industrialização e de atração de investimentos estrangeiros. Caso as tarifas adicionais de 40% sobre os produtos não incluídos nas listas de exceção se mantenham, o impacto para o setor pode alcançar até US\$ 2,7 bilhões em termos anualizados em 2026, cerca de 22% das exportações agropecuárias brasileiras ao país. Neste ano, entre agosto e novembro, as exportações do agro para o mercado americano registraram queda de 37,85% em relação ao mesmo período do ano passado.

INCERTEZAS COM A CHINA

As investigações chinesas sobre as importações de carne bovina no país podem resultar na aplicação de salvaguardas no país, afetando as compras do produto de todos os fornecedores. O Brasil responde por cerca de 50% das importações chinesas do produto.

A incerteza do acordo com os Estados Unidos também é preocupante. Um acordo que envolva compromisso de compras de soja americana pode reduzir a participação da soja brasileira no mercado chinês.

A CNA alerta, ainda, para as diretrizes que devem orientar o 15º Plano Quinquenal do país asiático, que visa fortalecer a agricultura e reduzir a dependência de produtos importados, especialmente de grãos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Primeiro-ministra italiana prometeu ganhar apoio de agricultores, afirma Lula

Maira Escardovelli, Renan Truffi, Sofia Aguiar, Ruan Amorim e Guilherme Pimenta

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira (18) que a primeira-ministra do país, Giorgia Meloni, garantiu ser "capaz" de convencer os agricultores italianos a aceitarem o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Por isso, ela pediu ao presidente brasileiro "pacIÊncia de uma semana, dez dias, no mÁximo um mÊs" para que a Itália participe do tratado.

As afirmações foram feitas por Lula durante a manhã, horas antes de a União Europeia adiar para janeiro a assinatura do acordo, que estava prevista para sábado (20).

Em seu relato, Lula afirmou ter ficado surpreso ao saber que o governo italiano não gostaria de assinar o acordo devido a um "embaraço político" com os agricultores locais.

"A novidade para mim foi a Itália. Eu liguei hoje [ontem] para a primeira-ministra, conversei com ela, disse para ela que a data de 20 de dezembro não foi uma data proposta por nós, foi pela Ursula von der Leyen [presidente da Comissão Europeia] e pelo António Costa [presidente do Conselho Europeu], dizendo que no dia 19 de dezembro eles iriam votar em Bruxelas e viriam aqui para nós assinarmos o acordo", disse Lula em café da manhã com jornalistas.

Ele voltou a afirmar que o acordo é "mais favorável" aos europeus do que aos sul-americanos, mas que, ainda assim, Itália e França estariam dificultando a conclusão do tratado.

"Os europeus nÃo perdem nada com esse acordo", disse Lula. "E é importante, do ponto de vista político, da defesa do multilateralismo, até do ponto de vista de revalorizar a construÃ§Ã£o da OMC [OrganizaÃ§Ã£o Mundial do Comercio]."

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou também nesta quinta-feira que acredita que será necessário insistir "um pouco" mais para que o tratado seja assinado. Segundo ele, caso algum país europeu precise de mais tempo, vale a pena aguardar, desde que esse prazo seja "curto".

O ministro revelou que enviou inclusive uma mensagem na quarta-feira (17) para o presidente da França, Emmanuel Macron, a fim de explicar "o que estava em jogo" em relação ao acordo. Na avaliação do ministro, a assinatura do tratado é "muito mais que comercial", tendo também aspectos políticos.

"Não resisti e mandei uma mensagem a ele, dizendo que o que estava em jogo era muito mais do que um acordo comercial, um acordo de natureza política, um sinal claro para o mundo", disse o ministro a jornalistas durante um café coletivo.

Macron, segundo Haddad, respondeu a mensagem dizendo que tem apreço pelo Brasil, mas que mais conversas em torno do assunto são necessárias.

Como mostrou o Valor, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, avisou nesta quinta-feira aos líderes dos 27 países da União Europeia que a assinatura ficará para janeiro, e não mais para este sábado, em Foz de Iguaçu. A cidade receberá a reunião anual de cúpula do bloco sul-americano.

Em negociação desde 1999, o acordo foi anunciado pelos chefes de Estado do Mercosul e por Ursula no fim de 2024. Mas ainda há etapas pendentes. Na primeira delas, precisa ser aprovado por 65% do Conselho Europeu, órgão que reúne os chefes de Estado, sendo que esses 65% precisam representar 55% da população da União Europeia.

Posteriormente, é necessária a aprovação por maioria simples no Parlamento Europeu, o órgão legislativo do bloco, levando em conta apenas os deputados que comparecerem à sessão. O acordo entra em vigor para o Brasil a partir do momento que forem aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas, e por Conselho e Parlamento europeus, sem necessidade de ratificação pelos demais membros do Mercosul. Se confirmadas, as novas regras criarião uma área de livre comércio para 700 milhões de pessoas, com um Produto Interno Bruto (**PIB**) combinado de US\$ 22 trilhões.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

'Nova onda de investimento chinês destaca tecnologia'

Álvaro Campos

Reforçar os laços com a China, maior parceira comercial do Brasil, é sempre importante, especialmente em um momento em que as políticas tarifárias do presidente dos EUA, Donald Trump, promovem um redesenho dos fluxos globais de recursos. Esse foi um dos principais motivos que trouxe o CEO do Citi na China, Wenjie Zhang, para uma visita ao Brasil na semana passada. Porém, mais do que oportunidades de comércio bilateral, ele aponta que as empresas chinesas vivem uma nova onda de internacionalização. Se antes elas tinham foco em commodities e infraestrutura, desta vez essa expansão tem o segmento de tecnologia como grande destaque.

"Na chamada primeira onda de empresas chinesas se globalizando, nós vimos o investimento chinês em recursos naturais, no setor de energia e em infraestrutura. Hoje, observamos mudanças significativas. O setor corporativo chinês é agora liderado por um universo de empresas privadas, especialmente no segmento de tecnologia. O grande destaque é o e-commerce e o setor de pagamentos, as fintechs. Nós temos visto essa expansão para os EUA, Sudeste Asiático, Oriente Médio, e agora no Brasil e na América Latina", disse em entrevista ao Valor.

Ele cita ainda outros setores, de indústria avançada, como baterias, data centers, veículos elétricos e energia renovável. "Na China, é surpreendente o número de novos modelos de veículos elétricos nas ruas. Tem muitos que eu nem consigo mais identificar. E a grande maioria das montadoras têm falado sobre a América Latina, porque o Brasil é um país enorme, com mais de 200 milhões de pessoas, uma crescente classe média, é a décima maior economia global. Então o potencial de crescimento está realmente aqui", comenta.

Sobre alguns setores mais sensíveis, como as indústrias de chips e inteligência artificial, ele aponta que no momento os players chineses estão se concentrando mais no mercado doméstico. "Por enquanto, eles ainda estão focados na China, mas pode ser que no futuro queiram explorar os mercados internacionais, até porque o desenvolvimento dessas tecnologias é muito rápido." Poucos dias antes da visita do executivo chinês ao Brasil, o governo Trump

liberou a retomada das exportações de chips avançados para a China, o que beneficiou empresas como a Nvidia. "Isso é positivo. Portanto, acredito que as comunidades empresariais de ambos os países podem explorar a melhor forma de trabalhar em conjunto."

Questionado sobre se as tensões comerciais criadas pelos EUA podem gerar uma oportunidade para mais comércio e investimentos chineses com a América Latina, Wenjie prefere não entrar em questões políticas, afirmando apenas que os empresários chineses estão sempre atentos a boas oportunidades em vários países. "Nossa missão é conectar os setores privados. Temos um enorme mercado consumidor aqui e um setor industrial inovador na China, e o que fazemos melhor é conectar investidores financeiros e estratégicos para ajudar nesses projetos", acrescenta o presidente do Citi no Brasil, Marcelo Marangon.

O executivo chinês afirma que, apesar dos investimentos em novos setores, commodities e infraestrutura continuarão a ser um pilar essencial da relação entre a China e a América Latina. "As importações chinesas de produtos brasileiros também ajudam muitos fornecedores locais, acabam gerando um ecossistema de investimentos 'colaterais' que ajudam a economia como um todo", reforça Marangon. O banco também ajuda na outra direção, ou seja, de empresas brasileiras investindo na China, e deve levar uma delegação de empresários locais para lá no próximo ano.

Este ano, a BRF, por exemplo, comprou uma fábrica da OSI Group na província de Henan. "O setor alimentar na China é enorme, o segmento de carne, de soja. E a gente costuma dizer que se uma multinacional consegue sobreviver na China, ele consegue vencer em qualquer outro lugar", comenta Wenjie.

Sobre a economia chinesa, o executivo lembra que em 2026 começará o 15º plano quinquenal do país. Ele afirma que o governo tem discutido ações para estimular o consumo interno, abrir os mercados locais e adotar outras reformas estruturais. Questionado sobre se a estratégia para o câmbio, que tem se fortalecido este ano, Wenjie diz que o BC chinês têm procurado manter o renminbi mais estável. "Eles não

querem mudanças abruptas no câmbio. É claro que as exportações vão continuar a ser um dos pilares do **PIB**, juntamente com o consumo interno e os investimentos, mas temos a visão de que o renminbi pode ficar relativamente estável".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reviravoltas na política, vitórias no cinema, desaceleração na economia: relembre o Brasil em 2025

Por Diego Viana - Para o Valor, de São Paulo

Se em outros tempos foi o país do futebol, agora o Brasil é o país do filme. Pelo menos é o que parece indicar o respaldo que o cinema nacional recebeu em 2025, começando com as conquistas de "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles, e terminando com os prêmios para "O Agente Secreto", que começaram já em sua primeira apresentação no Festival de Cannes.

Em março, o longa-metragem de Salles foi escolhido Melhor Filme Internacional no Oscar, primeira estatueta brasileira na premiação americana. Antes disso, Fernanda Torres recebeu o Globo de Ouro por sua atuação no papel da jurista Eunice Paiva.

No balneário francês, os agraciados foram Kleber Mendonça Filho, como melhor diretor, e Wagner Moura, como melhor ator. Em dezembro, "O Agente Secreto" foi indicado também para o Globo de Ouro em três categorias: Melhor Filme (Drama), Melhor Filme em Língua Estrangeira e Melhor Ator em Drama (para Wagner Moura).

Na política nacional, a clássica metáfora da gangorra se aplica perfeitamente à disputa que já mira o processo eleitoral do próximo ano. Para o presidente Lula, que em outubro, durante uma viagem à Ásia, mencionou sua candidatura à reeleição, o primeiro semestre foi ladeira abaixo, marcado por uma sequência de péssimas notícias, da perda de popularidade à defecção de aliados no Congresso, além dos respingos do caso dos descontos do INSS.

Uma megaoperação policial nos complexos da Penha e do Alemão deixou um saldo de 121 mortos no Rio - Foto: Reuters/Ricardo Moraes

Em janeiro, um vídeo gravado pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) viralizou nas redes sociais. O congressista tratou de medidas propostas pelo Ministério da Fazenda para combater fraudes no Pix. Acusando as medidas de serem uma forma disfarçada de taxar o bem-sucedido método de pagamento digital, Ferreira obrigou o governo a um recuo vexatório.

Em maio, a mesma tática surtiu o mesmo efeito: o

deputado gravou e compartilhou um vídeo em que responsabilizava o Planalto pelo escândalo do INSS. Foram mais de 90 milhões de visualizações em menos de 20 horas. Outra vez, a imagem de Lula saiu chamuscada.

Por essas e outras, ao longo do primeiro semestre, abandonar a coalizão governista ou votar contra os projetos enviados pelo Planalto era a estratégia vencedora para os parlamentares, que derrotaram o governo em diversas matérias, principalmente ambientais. Nos mercados de apostas eleitorais, o favoritismo começou a pender para o lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), embora o ex-ministro de Jair Bolsonaro negasse sua intenção de concorrer, em deferência à família do ex-presidente.

Em junho, a desaprovação seguia em alta, de acordo com institutos de opinião. Enquanto isso, as pesquisas eleitorais apontavam que Lula ainda mantinha vantagem sobre seus adversários da direita no primeiro turno, mas estava empatado com Jair Bolsonaro (embora inelegível) e Tarcísio de Freitas no segundo. Extrapolando a tendência, parecia que a trajetória do governo era de lento e contínuo desgaste, encaminhando-se para um final melancólico.

Após enfrentar essa série de crises e ter pelo frente desafios enormes em meio a uma corrida eleitoral polarizada, juros elevados e inflação fora da meta, em meados do ano, o preço de alimentos, que incomodava a população, parou de subir. Na época, o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 15% ao ano - maior nível dos últimos 20 anos. Ao mesmo tempo, o dólar passou a cair, o que também favoreceu o controle de preços por meio da importação. No entanto, os sinais não foram suficientes para o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduzir a taxa Selic, considerando o cenário incerto e exigindo cautela na condução da política monetária.

Nesse momento, uma combinação de ações impopulares do Congresso, mobilização nas ruas e reação à interferência estrangeira aliviaram um pouco o quadro do governo federal, ainda que de maneira circunstancial. A votação da Proposta de Emenda

Constitucional 03/2021, que ficou conhecida como "PEC da Blindagem", animou manifestantes de esquerda a irem às ruas em diversas cidades, em protestos contra o que foi visto como um esforço de políticos para impedir o combate à corrupção.

O projeto acabou derrubado no Senado e, ao mesmo tempo, o governo conseguiu avançar com sua promessa eleitoral de isentar do imposto de renda a população que recebe até R\$ 5 mil, compensando a perda de arrecadação com uma cobrança sobre os lucros e dividendos que excederem R\$ 600 mil por ano.

Banco Master foi objeto de liquidação - Foto: Reuters/Amanda Perobelli

O cientista político Rodrigo Prando, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, chama atenção para um elemento de virada em particular: as estratégias de comunicação. "A derrota na taxação do IOF [em junho] e a possibilidade de colar no Congresso, particularmente na Câmara dos Deputados, a imagem de 'inimigo do povo' foram a chave para mudar a comunicação do governo, que se tornou proativa depois de ter sido reativa desde o início do mandato", argumenta.

Houve mais uma causa para a recuperação da popularidade de Lula, relacionada ao cenário externo e a estratégias mal formuladas de seus adversários políticos. Para contar essa história, no entanto, é preciso fazer um longo desvio que passa pelos Estados Unidos, pelas redes sociais e pelos corredores do Supremo Tribunal Federal.

Porque, de certa forma, o Brasil tem sido o país das cortes.

Não foi cinema, mas um julgamento transmitido ao vivo também manteve o público na beira da poltrona: a Ação Penal 2.668, no Supremo Tribunal Federal, que julgou a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, terminou com a condenação de oito réus à prisão. O condenado mais célebre foi, naturalmente, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem diante de si 27 anos e 3 meses a cumprir (até segunda ordem). Sua prisão domiciliar foi determinada em 4 de agosto, devido ao descumprimento de medidas cautelares.

Ultimamente, o Brasil tem sido também o país da tornozeleira eletrônica. São mais de 120 mil aparelhos ativos no país. Entre seus portadores mais conhecidos estão o ex-presidente Fernando Collor de Mello, o rapper Oruam e, mais recentemente, o deputado estadual Rodrigo Bacellar, presidente afastado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Em 22 de novembro, foi identificada uma violação da tornozeleira que Bolsonaro era obrigado a usar. Por isso, ele passou a ficar preso na Superintendência da Polícia Federal. Manifestações esperadas nas ruas e bloqueios de rodovias, em apoio ao ex-presidente, não se concretizaram. Bolsonaro foi levado pela PF sem maiores incidentes. Ele alegaria, mais tarde, que no momento em que usou um ferro de solda para tentar abrir a tornozeleira estava em surto provocado por remédios.

Gabriel Galípolo admitiu dificuldade de explicar certos comportamentos da economia brasileira - Foto: Andressa Anholete/Agência Senado

Cinco dias depois, a ação penal foi declarada com trânsito em julgado. A prisão de Bolsonaro e dos demais condenados se tornou definitiva. Entre eles estão os generais Augusto Heleno, Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira. O ex-diretor da Abin e deputado federal (PL-RJ) Alexandre Ramagem já havia escapado para a Flórida.

A epopeia em torno do processo de Bolsonaro teve duas subtramas, que, se fossem filmes, seriam chamadas de "eletrizantes". A primeira delas foi a disputa em torno de seu espólio político: quem será seu herdeiro e candidato à presidência em 2026?

Os aliados políticos de Bolsonaro, que disputam a condição de sucessor em termos de votos, especialmente os que levam ao Palácio do Planalto, se manifestaram com veemência quando ele foi preso e fizeram visitas de solidariedade. O principal nome era Tarcísio de Freitas, que negava o desejo de concorrer à presidência. Outros governadores também se movimentaram, como o mineiro Romeu Zema e o paranaense Ratinho Júnior.

"Todas essas figuras querem se credenciar para as eleições, mas enfrentam a dificuldade de nacionalizar seus nomes, a ponto de conseguir combater uma das marcas políticas mais consolidadas da Nova República, que é Lula", comenta Prando. "Tarcísio é o que tem as melhores condições, já que governar São Paulo dá projeção nacional. Mas sua candidatura seria trocar uma reeleição certa no estado por uma disputa duvidosa em escala nacional."

Depois de muitas idas e vindas, já em dezembro, aos 45 minutos do segundo tempo, o ex-presidente bateu o martelo: seu candidato desejado é o filho primogênito, Flávio Bolsonaro, senador pelo PL do Rio de Janeiro (até segunda ordem).

A segunda subtrama é aquela que traz de volta à gangorra da popularidade de Lula: a peregrinação de

Eduardo Bolsonaro, terceiro filho do ex-presidente, pelos EUA, na tentativa de obter apoio do governo de Donald Trump para a causa do pai. Eduardo estava acompanhado do blogueiro Paulo Figueiredo, que já foi sócio de Trump em empreendimentos imobiliários.

O Oscar para "Ainda Estou Aqui", de Walter Salles, mostrou o cinema brasileiro em alta - Foto: Mike Coppola/Getty Images

Até certa altura, o esforço parecia ser frutífero. Em julho, Trump determinou a aplicação da Lei Magnitsky, que permite ao governo americano sancionar estrangeiros por violações de direitos humanos ou práticas de corrupção, contra ministros do Supremo Tribunal Federal, especialmente Alexandre de Moraes, relator da ação penal contra Bolsonaro.

Mas essa história logo teria sua peripécia. Em julho, Trump anunciou a imposição de um tarifaço contra o Brasil, citando como causa não apenas uma suposta iniquidade no comércio bilateral (a balança, na verdade, pende a favor dos americanos), como também o caso de Bolsonaro, apresentado como uma perseguição judicial. Entre os produtos mais afetados pelas novas tarifas, que chegariam a 50%, estavam o café, a carne, o suco de laranja e o ovo.

A partir desse momento, a artilharia pesada de Eduardo se converteu em tiro no próprio pé. Não bastasse a atitude de Trump ser reconhecida como agressão à soberania do país, conforme o governo Lula fez questão de frisar, a ameaça aos canais de venda na maior economia do mundo pôs os representantes do agronegócio e da indústria contra a empreitada. Por sua vez, os políticos que se alinharam à iniciativa sofreram baques em sua popularidade: o caso emblemático foi o do próprio Tarcísio, que vestiu em público um boné de apoio a Trump.

Essa batalha se decidiu a favor do governo, principalmente quando Lula se encontrou pessoalmente com Trump, na Malásia, em outubro. O diálogo foi um sucesso publicitário: Trump expressou estima pelo presidente brasileiro e afirmou que espera um trabalho conjunto fértil. Em outubro, um telefonema entre os ministros das Relações Exteriores Mauro Vieira e Marco Rubio foi o primeiro passo de distensão.

Depois, em novembro, acossado pela alta dos preços de bens de consumo básicos nos EUA, Trump aliviou parte das tarifas. Em dezembro, após mais uma conversa telefônica entre os dois presidentes, Lula afirmou à imprensa que esperava um alívio mais extenso. Uma semana mais tarde, as sanções contra Alexandre de Moraes foram levantadas.

Seja como for, a gangorra apareceu novamente quando a ascensão do presidente foi interrompida com violência: a "Operação Contenção", uma enorme intervenção policial no Rio de Janeiro, visando capturar lideranças do crime organizado, estampou as manchetes em outubro. A questão da segurança está hoje entre as maiores preocupações dos brasileiros, de acordo com pesquisas de opinião. E o governo federal tem tido dificuldades de dar respostas ao problema.

Em que pese o saldo de 121 mortos, incluindo 4 policiais, a ação teve apoio da opinião pública, inclusive nas áreas diretamente envolvidas. Lideranças de discurso mais duro na área de segurança pública tiveram ganhos de popularidade, começando pelo governador fluminense, Cláudio Castro, do PL.

Começou, em seguida, uma queda de braço entre o Planalto e o relator do projeto de lei antifacção, Guilherme Derrite (PP-SP), que trocou temporariamente o cargo de secretário de Segurança Pública em São Paulo por seu mandato como deputado federal. O projeto havia sido enviado pelo próprio Executivo, mas sofreu mudanças radicais nas mãos de Derrite, surfando na onda da comoção popular após a operação carioca.

Os 100 anos do jornal O Globo foram notícia - Foto: Valor

Foram seis versões apresentadas até sua aprovação na Câmara, em novembro. No Senado, houve ainda novas alterações. O principal ponto de discordia era a possibilidade de classificar facções criminosas como grupos terroristas, conforme o desejo do governo americano de Trump. A hipótese atraiu críticas não só do governo, mas também do mercado, particularmente o setor financeiro, que previu riscos para investimentos estrangeiros no Brasil.

Os atritos entre o governo Lula e o Congresso prosseguiram no fim do ano, lançando faíscas que atingiram até mesmo o indicado do presidente à vaga no Supremo Tribunal Federal deixada aberta pela aposentadoria de Luís Roberto Barroso em outubro. O até então advogado-geral da União, Jorge Messias, se chocou contra o muro da contrariedade de Davi Alcolumbre (União-AP), que articulava a indicação de seu aliado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também ex-presidente do Senado.

A sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, prevista para 10 de dezembro, foi adiada. No país da novela, este é um enredo que deve se arrastar até o ano que vem, diferentemente do remake de "Vale Tudo", que foi ao ar de março a outubro.

O principal conflito parlamentar do ano estava reservado para o final, quando as cortinas já começavam a ser fechadas. Pressionado pelo anúncio da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro, em 9 de dezembro, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), colocou em votação o "PL da Dosimetria". Trata-se de um substituto à anistia exigida pelo PL aos participantes dos atos de 2023, prevendo uma significativa redução de pena, válida inclusive para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que passaria a ficar apenas dois anos recluso.

Depois de uma confusão envolvendo o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), cujo processo de cassação também estava em pauta, a imprensa foi expulsa do plenário da Câmara e o sinal da TV Câmara, que transmitia a sessão, foi cortado. De madrugada, os deputados aprovaram a diminuição das punições.

No dia seguinte, a cassação de Braga foi convertida em suspensão por seis meses. A deputada Carla Zambelli (PL-SP), que também corria risco de cassação por tentar invadir o sistema operacional das urnas eletrônicas, foi salva pelos colegas. Mais tarde, o STF determinaria a perda de seu mandato. Zambelli está presa na Itália. No domingo, ela renunciou ao cargo.

Segundo Prando, as sucessivas revoltas dos deputados e senadores contra o governo Lula não podem ser interpretadas como um "desembarque". "Na verdade, nunca houve embarque", diz.

"Agora que o Congresso tem um controle muito maior sobre o orçamento federal, devido às emendas de execução obrigatória, saímos do presidencialismo de coalizão, em que parlamentares ganhavam cargos em troca de apoio ao governo. Tivemos o presidencialismo de confrontação, sob Bolsonaro. E agora estamos no presidencialismo-refém, em que o Executivo é quase subalterno do Congresso."

Economia

Para alguns economistas, é grande a preocupação com os gastos públicos, que não param de aumentar. A credibilidade do "novo arcabouço fiscal" - que previa um regime sustentável e estabelecia metas pouco mais ambiciosas a cada ano - ruiu. Em 2026, quase R\$ 90 bilhões deverão ser considerados exceção, de acordo com projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI). As despesas fora da regra fiscal entre 2024 e 2026 equivalem ao gasto com o Bolsa Família ao longo de 12 meses.

O controle das despesas tem impacto na política monetária. A primeira metade do ano foi marcada por

um temor concreto de que a **inflação** ficasse bem acima do teto da meta de 3% determinada pelo Conselho Monetário Nacional (ou seja, 4,5%). Depois que o IPCA de fevereiro marcou 1,31%, as estimativas do boletim Focus para este ano chegaram a bater em 5,7%, apesar dos esforços do Banco Central, que colocou a taxa Selic em 15% em junho, após um ciclo de alta de dez meses. Até o fim do ano, os juros básicos da economia prosseguem nesse patamar.

A tentativa de desacelerar a atividade econômica para controlar a alta dos preços deu resultado. Aos poucos, as projeções para o IPCA foram se reduzindo até chegarem próximas à banda superior da meta. No começo de dezembro, a previsão do boletim Focus já apontava para uma **inflação** de 4,4%, acima da meta, mas dentro do intervalo de tolerância.

A economia brasileira se desacelerou: vinha crescendo a cerca de 3,4% desde 2023, mas deve encerrar 2025 entre 2,3% e 2,5%. Os primeiros números a indicar um freio mais forte, até mesmo uma estagnação, começaram a aparecer apenas no segundo semestre, com a produção manufatureira apresentando pequenas quedas. No terceiro trimestre, o **PIB** ainda cresceu 0,1%.

Segundo Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, os principais fatores a manter o crescimento, a despeito dos juros altos, são o mercado de trabalho, o impulso fiscal e o dinamismo de setores específicos, como a agropecuária, que estimula também os transportes e os serviços.

"Mas não podemos ignorar a produtividade da própria economia. Setores como os de tecnologia da informação têm performado de maneira especialmente positiva, e isso é uma mudança estrutural da maior importância", acrescenta.

Os dados de emprego chamam atenção. O desemprego continuou se reduzindo com consistência e se encontra nas taxas mais baixas da história recente: 5,4% em outubro. O mercado de trabalho ainda pode ser considerado aquecido, apesar da desaceleração econômica, e parece manter uma pressão persistente sobre a **inflação**.

O número de desalentados (pessoas que deixam de procurar emprego) recuou em 400 mil ao longo do ano, chegando a 2,6 milhões de pessoas. A renda média subiu 4% no ano, atingindo R\$ 3.528,00, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mercado de trabalho é a grande incógnita da economia brasileira"

- Natalie Victal

"O mercado de trabalho é a grande incógnita da economia brasileira", afirma Victal. "Ele é bastante resiliente, e isso não tem se refletido na **inflação**. Talvez tenha aumentado a defasagem entre o aquecimento do mercado e seu efeito sobre os preços. Ou talvez haja uma mudança estrutural na economia brasileira, com uma taxa neutra de desemprego mais baixa."

A economista estima que novas ferramentas de trabalho, como as plataformas digitais, podem ajudar a explicar a facilidade com que as pessoas encontram novas ocupações. "Alguém que tem carteira de habilitação pode se manter trabalhando como motorista de aplicativo, por exemplo", diz.

Em palestra a representantes do mercado financeiro, no início de dezembro, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, também admitiu um certo estranhamento. Galípolo afirmou que o aquecimento do mercado de trabalho não é fácil de explicar e acrescentou que "as correlações econômicas são muito mal comportadas no Brasil".

Resta ainda um ponto: o tarifaço americano, de agosto a novembro, atingiu o setor produtivo brasileiro com força. Segundo Mário Sérgio Telles, diretor de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as exportações da indústria de transformação para os Estados Unidos caíram 21,5%.

"Para as empresas que não conseguiram redirecionar os produtos para outros mercados, isso foi trágico. Elas estão em situação desesperadora", diz Telles. No agregado, porém, o aumento de vendas para China, Reino Unido, Itália e Argentina manteve as exportações brasileiras em posição estável.

Ainda na seara financeira, fazia tempo que uma única rua não frequentava tanto o noticiário quanto em 2025: quem não era familiarizado com a paulistana avenida Faria Lima certamente passou a ser. Sede de inúmeras instituições financeiras, a rua esteve nas manchetes no fim de agosto, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Carbono Oculto, que desbaratou vínculos entre distribuidoras de combustível, instituições financeiras (particularmente fintechs) e o crime organizado.

Três meses depois, ei-la novamente: em uma das transversais da Faria Lima estava sediado o Banco Master, pertencente a Daniel Vorcaro, conhecido nos últimos anos por oferecer retornos muito acima do mercado. O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Master; seu proprietário foi preso pela Polícia Federal e passou alguns dias no Centro de

Detenção Provisória de Guarulhos, na Grande São Paulo.

A quebra do Banco Master foi o episódio de maior impacto da história do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), criado em 1995 para dar maior estabilidade ao sistema financeiro do Brasil. O Master emitira R\$ 41 bilhões em certificados de depósito bancário (CDB) para 1,6 milhão de investidores, que serão resarcidos em até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. O caixa total do FGC é de R\$ 122 bilhões.

Tragicamente, o Brasil também tem sido o país da bebida batizada. Em setembro e outubro, mais de 250 casos de cegueira e pelo menos 15 mortes foram causadas por intoxicação com metanol. As primeiras notícias vieram da região do ABC, em São Paulo, mas logo começaram a emergir em outros estados. A substância foi adicionada por falsificadores a garrafas de vodca e outros destilados. Em novembro, ainda havia suspeitas de novos casos em Mato Grosso.

Já que o assunto é crime, em dezembro o Brasil também sofreu seu roubo de obras de arte, embora não tão espetacular quanto a invasão do Louvre em outubro. Gravuras de Henri Matisse e Cândido Portinari foram levadas da Biblioteca Mário de Andrade, no centro de São Paulo, em plena luz do dia.

Na questão climática, tema que continua se arrastando enquanto as emissões de carbono crescem, o ano que começou com incêndios devastadores nos EUA se encerrou com uma conferência global recheada de expectativa, porém esvaziada de líderes. A COP30, realizada em Belém, às portas da Amazônia, era vista pela diplomacia brasileira como um momento para consolidar sua posição como liderança de soft power no setor.

Os caprichos da história se interpuseram, porém. A COP ocorreu em um período de retração política dos esforços de resposta à mudança climática. Pela primeira vez, por exemplo, os Estados Unidos nem sequer enviaram um representante. A não ser, é claro, que se leve em consideração a presença do governador da Califórnia, o oposicionista democrata Gavin Newsom.

Outra ausência sentida foi a do presidente chinês Xi Jinping. E é sintomático que também em novembro, enquanto transcorriam as reuniões da COP, os países da União Europeia tenham entrado em um acordo para enfraquecer suas próprias metas de redução das emissões de carbono até 2040.

Até mesmo o Brasil, anfitrião do evento, esteve envolvido em uma polêmica que poderia ter comprometido sua posição. Para decepção de

ambientalistas mundo afora, em outubro, após anos de hesitações e pressões, o Ibama concedeu à Petrobras a licença para investigar a presença de petróleo na Margem Equatorial, área marítima próxima à foz do rio Amazonas.

Mesmo assim, o país pôde cantar vitória em alguns pontos. O principal deles foi a instalação do Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF, na sigla em inglês). O fundo recebeu a adesão de 53 países e espera arrecadar US\$ 700 bilhões.

O ano também foi marcado pelo centenário do Grupo Globo. A criação do jornal *O Globo*, que completou cem anos, foi a semente do maior grupo de comunicação do país. Irineu Marinho fundou o jornal em julho de 1925, e Roberto Marinho, que assumiu a condução do diário poucos anos depois, expandiu o alcance do grupo para áreas que hoje incluem mídia impressa, TV, rádio, internet e streaming. Neste ano também foram celebrados os 60 anos da TV Globo, em abril, e os dez anos do Globoplay, em novembro. O Ministério das Comunicações e os Correios lançaram um selo institucional comemorativo em homenagem à Globo.

No esporte, o Brasil é o país das raquetes. No tênis de quadra e no de mesa, o ano trouxe vitórias marcantes para o país. Em abril, o mesatenista Hugo Calderano venceu os dois primeiros colocados do ranking mundial do esporte para sagrar-se campeão da Copa do Mundo de Tênis de Mesa. É o primeiro não asiático a vencer a Copa.

E o novo atleta que o brasileiro terá para torcer se chama João Fonseca. O tenista começou o ano na 145^a posição do ranking da ATP, mas terminou em 24º. Aos 19 anos, é considerado uma das maiores promessas do tênis mundial e já venceu dois títulos ATP (Buenos Aires e Basileia), além de ter batido um Top 10 do esporte, o russo Andrey Rublev.

No futebol, as vitórias têm vindo mais dos clubes do que da seleção, que, por sinal, tem agora um técnico estrangeiro: Carlo Ancelotti, celebrado por suas muitas conquistas com o Real Madrid, da Espanha. Depois de um ano inteiro de disputas, os títulos do Brasileirão e da Libertadores ficaram com o Flamengo.

Mas o momento mais expressivo ocorreu entre junho e julho, quando foi disputada nos Estados Unidos a primeira Copa do Mundo de clubes organizada pela Fifa, como evento preparatório à Copa de seleções, no ano que vem. A expectativa era de um domínio completo dos clubes europeus, onde atuam os melhores jogadores do planeta. Dentro de campo, porém, esse domínio foi incompleto.

Das quatro equipes brasileiras participantes (Botafogo, Flamengo, Fluminense e Palmeiras), todas se classificaram para a fase eliminatória e tiveram triunfos contra os representantes do Velho Continente. O Fluminense foi o conjunto não europeu que chegou mais longe, sendo eliminado na semifinal pelos ingleses do Chelsea, que alguns dias mais tarde venceriam a grande final contra os franceses do Paris Saint Germain. Pelo desempenho, o Tricolor das Laranjeiras embolsou uma premiação de aproximadamente R\$ 330 milhões.

Na Copa Intercontinental, o Flamengo teve a chance de se vingar dos europeus em final com PSG, mas acabou derrotado nos pênaltis.

Site: <https://valor.globo.com/eu-noticia/2025/12/19/reviravoltas-na-politica-vitorias-no-cinema-desaceleracao-na-economia-relembre-o-brasil-em-2025.ghml>